



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

MARÇO/2011



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de **2010** apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN/TCU nº 63/2010, da DN/TCU nº 107/2010, da Portaria/TCU nº 277/2010, da Portaria/CGU nº 2546/2010 (NE/CGU nº 03/2010 e NE/CONJUNTA/INCRA/AUD-DA/Nº 01.

MARÇO/2011



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ – SR(27)MB

ROSINETE LIMA DA SILVA

Superintendente Regional

JANDIR MELLA

Superintendente Regional Substituto

PRISCILLA LIMA DE CARVALHO SILVA

Chefe da Procuradoria Regional

GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras

JANDIR MELLA

Chefe da Divisão de Desenvolvimento

JOSÉ ALVES RODRIGUES FILHO

Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

CLAUDECK ALVES FERREIRA

Chefe da Divisão de Administração

RUBERVAL LOPES DA SILVA

Chefe da Divisão Estadual de Regularização Fundiária da Amazônia Legal

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AMC - Aquisição de Material de Construção
APP - Área de Preservação Permanente
ART - Anotações de Responsabilidade Técnica
Art. – Artigo
ASPLAN – Assessoria de Planejamento e Controle
ATER – Assessoria Técnica e Extensão Rural
ATES – Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
AUD – Auditoria Interna do INCRA – Brasília/DF
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BSB – Brasília/DF
CCDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CD – Conselho Diretor do INCRA em Brasília/DF
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGU – Controladoria Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPF - Cadastro de Pessoa Física
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social
DA – Diretoria de Gestão Administrativa
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DD – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
DE – Diretoria de Gestão Estratégica
DEA - Coordenação-Geral de Monitoramento e Gestão da Informação
DECA - Delegacia Especializada de Conflitos Agrários
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF - Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DF – Distrito Federal
DN – Decisão Normativa
DOAMC - Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos
DOU – Diário Oficial da União
DTM - Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FADESP – Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
GAB – Gabinete
GAP - Gestão e Administração do Programa
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS – Global Positioning System
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
ha - hectare
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPA - Instituto Federal de Educação do Pará
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

ISO – Organização Internacional para Padronização
km – quilômetro
LI – Licença de Instalação
LIO - Licença de Instalação e Operação
LO – Licença de Operação
LOA – Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
m – metro
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
MPF - Ministério Público Federal
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
NE – Norma de Execução
NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação
OAR – Ouvidoria Agrária Regional
OCI – Órgão de Controle Interno
OS – Ordem de Serviço
PA – Pará
PA – Projeto de Assentamento
PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF – Projeto de Assentamento Florestal
PB - Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento de Assentamento
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PFE - Procuradoria Federal Especializada
PGE - Plano Geral de Estatísticas
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PM – Prefeitura Municipal
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária
PO – Programação Operacional
Port. – Portaria
PPA – Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSI – Política de Segurança da Informação
RA – Relatório de Auditoria
RBMC – Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Registro Geral (Carteira de Identidade)
RG – Relatório de Gestão
RIBAC – Rede Incra de Bases Comunitárias do GPS
RN - Registro de Nascimento
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SETRAN – Secretaria de Estado de Transportes
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIR – Sistema de Informações Rurais
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SPIU – Sistema de Patrimônio Imobiliário da União

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

SR – Superintendência Regional

SR(27)MB - Superintendência Regional do Sul do Pará (Marabá)

SRFA - Superintendência Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

TCE – Tomada de Contas Especial

TCU – Tribunal de Contas da União

TD - Título de Domínio

TDA - Títulos da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UA - Unidade Avançada

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UG – Unidade Gestora

UGR – Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidades Municipais de Cadastramento

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Figura 1 – Organograma Funcional	14
Tabela 1 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 8384	22
Tabela 2 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 8387	24
Tabela 3 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 8374	26
Tabela 4 - Relação de imóveis que tiveram solicitação de licença ambiental executada no exercício 2010.....	28
Tabela 5 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 4460	29
Tabela 6 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2272 (Programa 0135).....	31
Tabela 7 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 8396	33
Tabela 8 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 8398	35
Tabela 9 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 4320	37
Tabela 10 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 4358	38
Tabela 11 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 10YN	40
Tabela 12 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2B06	41
Tabela 13 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 0427	43
Tabela 14 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2272 (Programa 0137).....	45
Tabela 15 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2105	48
Tabela 16 – Atualização cadastral e emissão de CCIR	49
Tabela 17 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2114	51
Tabela 18 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 4426	53
Tabela 19 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2110	54
Tabela 20 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 8380	55
Tabela 21 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 8378	56
Tabela 22 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2272 (Programa 0138).....	57
Tabela 23 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 12TY	59
Tabela 24 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 4572	60
Tabela 25 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2109	63
Tabela 26 - Execução Orçamentário-financeira da Ação 4284.....	64
Tabela 27 - Execução Orçamentário-financeira da Ação 4300.....	65
Tabela 28 - Execução Orçamentário-financeira da Ação 4304.....	66
Tabela 29 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 1642	68
Tabela 30 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 0859	69
Tabela 31 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 4474	71
Tabela 32 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 6952	73
Tabela 33 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 8370	74
Tabela 34 – Detalhamento da Ação 8370	75
Tabela 35 – Detalhamento da Ação 8370 (2).....	75
Tabela 36 – Detalhamento da Ação 8370 (3).....	75
Tabela 37 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2272 (Programa 1350).....	77
Tabela 38 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 4470	79
Tabela 39 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2272 (Programa 1427).....	81
Tabela 40 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2000 (Programa 0750).....	83
Tabela 41 - Execução Orçamentário-financeira da Ação 8402 (Programa 1433)	85
Tabela 42 – Identificação das unidades orçamentárias	86
Tabela 43 – Programação de Despesas Correntes	87
Tabela 44 – Programação de Despesas de Capital	88
Tabela 45 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	89
Tabela 46 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	90
Tabela 47 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	91

Tabela 48 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	92
Tabela 49 – Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	93
Tabela 50 – Indicadores Institucionais	100
Tabela 51 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	102
Tabela 52 – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	104
Tabela 53 – Composição do Quadro de Recursos Humanos	106
Tabela 54 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária	107
Tabela 55 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade.....	108
Tabela 56 – Composição do Quadro de Servidores Inativos	109
Tabela 57 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão	110
Tabela 58 – Composição do Quadro de Estagiários	110
Tabela 59 – Quadro de Custos de Recursos Humanos.....	112
Tabela 60 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	113
Tabela 61 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	114
Tabela 62 – Distribuição do pessoal contratado.....	115
Tabela 63 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	120
Tabela 64 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	121
Tabela 65 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	122
Tabela 66 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.....	124
Tabela 67 – Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.	126
Tabela 68 – Estruturas de Controles Internos	131
Tabela 69 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis	133
Tabela 70 – Distribuição espacial dos bens imóveis	134
Tabela 71 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	135
Tabela 72 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ	136
Tabela 73 – Gestão de TI da UJ	139
Figura 2 – Chamados abertos (Atendimento TI).....	140
Tabela 74 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	144
Tabela 75 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	145
Tabela 76 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	146
Tabela 77 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	147
Tabela 78 – Declaração do Contador com Ressalva	152
Figura 3 - Demonstrações contábeis	160

SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL	14
INTRODUÇÃO	15
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	16
2. Objetivos e metas institucionais	17
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	17
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.	19
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	19
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	19
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	19
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa.....	20
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	21
2.3.1 Programa 0135 – Assentamentos para Trabalhadores Rurais	21
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	22
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	24
2.3.1.3 Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	26
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	29
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	31
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	32
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.....	33
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	35
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	37
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.....	38
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária	40
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.....	41
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas.....	43
2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	45
2.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	47
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	48
2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural.....	51
2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.....	52
2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	54
2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas	55
2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas	56
2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	57

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	58
2.3.4.1 Ação 12TY – Reformas e Adaptações na Sede da Unidade Avançada do Incra em Conceição do Araguaia - PA	59
2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	60
2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo	62
2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	63
2.3.5.2 Ação 4284: Prevenção de Tensão Social no Campo.....	64
2.3.5.3 Ação 4300: Atendimento de Denúncias – Ouvidoria Agrária Nacional.....	65
2.3.5.4 Ação 4304: Mediação de Conflitos Agrários	66
2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola	67
2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.....	68
2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos	69
2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo	70
2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo.....	71
2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	72
2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária 74	
2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	77
2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	78
2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....	79
2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa	81
2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	82
2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade.....	83
2.3.10 Programa 1433 – Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres.....	85
2.3.10.1 Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural.....	85
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	86
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa.....	86
2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias	86
2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.....	87
2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.....	88
2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	89
2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	90
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa	91
2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	91
2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	92
2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	93

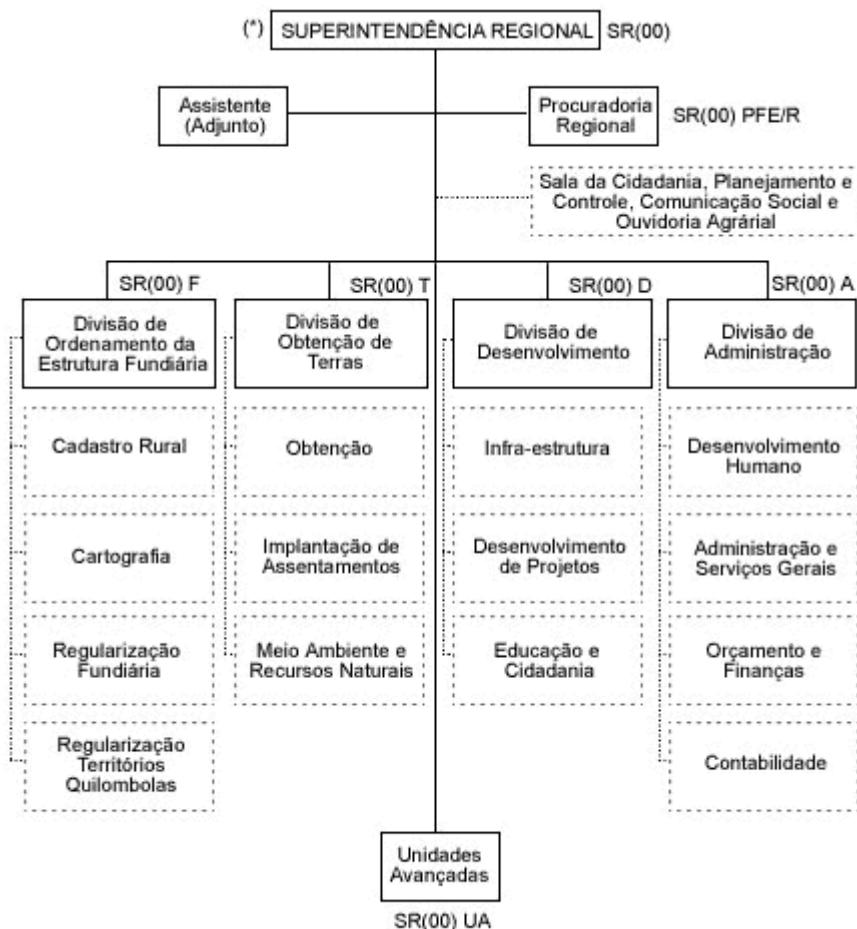
2.4.2.4. Análise Crítica.....	94
2.4.3. Indicadores Institucionais.....	95
3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	102
3.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	102
3.2 Análise Crítica.....	103
4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	104
4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	104
4.2 Análise Crítica.....	105
5 Informações sobre Recursos Humanos da unidade	106
5.1 Composição do quadro de servidores ativos	106
5.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010 ...	106
5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010.....	107
5.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010	108
5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	109
5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010 ...	109
5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010	110
5.3 Composição do quadro de estagiários	110
5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos	111
5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010	111
5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	113
5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	113
5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	114
5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	115
5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	116
6 Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.....	117
6.1 Transferências efetuadas no exercício	117
6.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	117
6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	121
6.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	122
6.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse	123
6.1.5 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse .	125
6.1.6 Análise Crítica	127
7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistea de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.	128

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	129
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	130
9.1 Estrutura de controles internos da UJ.....	130
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.....	132
10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	132
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.....	134
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	134
11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união	134
11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	135
11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ	136
11.1.4 Análise crítica:	137
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	138
12.1 Gestão de TI da UJ.....	138
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.	142
14. Informações sobre Renúncia Tributária.	143
15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.....	144
15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	144
15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	145
15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	146
15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	147
16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento. ..	148
17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.....	149
Parte B - Informações Contábeis da Gestão	151
18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.	151
19. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).	153
Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA	161
20. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/INCRA/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:	161

21. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação..... 162

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Superintendência Regional do Incra no Sul do Pará – SR(27) com sede na cidade de Marabá/PA, é um órgão descentralizado, responsável pela coordenação e execução das ações do Incra no sul e sudeste do Estado. Cabe a Superintendência coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática e modernização administrativa. Também deve garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do Incra. Existem ainda quatro Unidades Avançadas, órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados a Superintendência, conforme disposto no Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria Nº 20 de 08 de abril de 2009, publicada no DOU de 09 de abril de 2009.



(*) Todas as Superintendências Regionais têm a mesma estrutura básica. A distinção em SR do tipo I, II ou III se dá em função do número de cargos de assessoramento (DAS 102.1) que cada uma dispõe.

Figura 1 – Organograma Funcional

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão Individual é um documento que expressa e demonstra a execução física e orçamentária estabelecida no Caderno de Metas que configura a programação operacional 2010 da Superintendência Regional do Sul do Pará, ajustado pelo Decreto nº 7.144, de 30/03/2010, dentre outras providências de natureza financeira, contábil, patrimonial etc., tidas como de interesse analítico pelos órgãos de controle. O referido documento se constitui numa das peças integrantes do processo de prestação de contas da UJ, nos termos da decisão prevista no Art.13, item II, da IN/TCU/Nº 63/2010 e do Anexo I da DN/TCU/Nº 107/2010.

Encontramos muitos obstáculos para monitorar e avaliar os resultados de nossas ações no âmbito da Superintendência, principalmente em se obter as informações de maneira sistêmica, talvez pela falta de instrumentos eficientes de coleta, armazenamento e disponibilização dos dados. Salvo algumas ações que precisam ser ajustadas no decorrer do tempo, utilizamos como base de dados o Relatório de Monitoramento do SIR construído pela Coordenação-Geral de Monitoramento e Gestão da Informação – DEA. Apesar dos entraves e dificuldades que impactaram a execução dos trabalhos no decorrer do exercício, mesmo assim, a Superintendência de Marabá procurou cumprir objetivamente suas atribuições e compromissos com a gestão pública em sua área de atuação. Os resultados alcançados pela UJ na gestão de programas de governo sob sua responsabilidade estão compatibilizados com a gestão das ações inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de referência do relatório ora apresentado.

Através de Ordem de Serviço (OS) expedida pelo Gabinete da Superintendência, foi constituído o Grupo de Trabalho de elaboração do RG 2010 atendendo recomendação da DE/DEA do INCRA/Brasília, e composta por servidores de cada Divisão, sob a coordenação da Assessoria de Planejamento e Controle da SR.

Contando com a conjugação de esforços de todos os membros indicados, foi possível elaborar e concluir o referido documento. Apesar das restrições orçamentárias e financeiras, decorrentes de corte no orçamento original do INCRA, contingenciamentos nas dotações orçamentárias aprovadas, dentre outros fatores, ainda assim, foi possível superar a programação de algumas metas finalísticas tidas como prioritárias no contexto do planejamento de suas ações. Outras não atingiram os objetivos propostos pelo fato de terem se defrontado com alguns entraves burocráticos e regulamentares no percurso de sua contratação ou execução, como se denota nas ações de Crédito Instalação, Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica (Estradas), Assistência Técnica e Capacitação de Assentados (ATES), bem como Obtenção de Terras para fins de assentamento de famílias de trabalhadores rurais.

Ao longo do tempo, o INCRA, através da Superintendência de Marabá, vem desenvolvendo um trabalho positivo no sentido de melhorar a qualificação dos assentamentos de reforma agrária de sua jurisdição, na busca da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Muitos Projetos de Assentamento já se tornaram unidades produtivas auto-sustentáveis. A SR vem trabalhando no sistema de parcerias com Estado e Municípios, como forma de agregar valores e implementar ações no sentido de viabilizar os serviços de infra-estrutura básica de implantação e recuperação de estradas vicinais em áreas de assentamento, objetivando permitir o acesso para escoamento da produção agrícola dos assentados. Também, a formulação de contratos com empresas prestadoras de serviços na área de assistência técnica e extensão rural na agricultura familiar, é outra forma que vem obtendo bons resultados no que concerne a rentabilidade produtiva e geração de empregos na zona rural.

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Superintendência Regional do Sul do Pará		
Denominação abreviada: SR(27)MB		
Código SIORG: 27615	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 133080
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato: (94)3324-1216 (94)3324-1752		Fax (94)3324-4120
E-mail: Não há.		
Página na Internet: http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal: Av. Amazônia, s/nº - Agrópolis Amapá – Marabá/PA - CEP: 68.502-090		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
A SR foi criada através da Resolução/INCRA/CD/Nº 83, de 17 de outubro de 1996.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009 que aprova a Estrutura Regimental do INCRA e Portaria/MDA/ nº 20, de 08 de abril de 2009 que dispõe sobre o Regimento Interno do INCRA		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Boletim Informativo Interno. Algumas matérias avulsas são publicadas em jornal local.		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
133081	Unidade Avançada de Tucuruí	
133082	Unidade Avançada de São Geraldo do Araguaia	
133083	Unidade Avançada de Conceição do Araguaia	
373063	Unidade Avançada Xingu	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
--	-	

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -**INCRA** é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão precípua de implantar e conduzir a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, tendo como visão de futuro ser referência internacional de soluções de inclusão social. Está presente em todo o território brasileiro através de **30** Superintendências Regionais.

Os direitos, competências, atribuições e responsabilidades do órgão foram estabelecidos na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), em legislação complementar e no Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União, de 9 de abril de 2009.

De acordo com o Regimento Interno do INCRA, a Superintendência Regional é um órgão descentralizado, ao qual compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades de gerenciamento da estrutura fundiária, regularização da estrutura fundiária, implantação e desenvolvimento de assentamentos rurais.

A Superintendência Regional do INCRA em Marabá/PA, trabalha com o universo de **495** Projetos de Assentamento, e área de abrangência em **38** municípios das regiões Sul e Sudeste do Estado do Pará, beneficiando cerca de **69.876** famílias assentadas. Dentro das ações de sua competência, a SR, dotada dos instrumentos de que dispõe, vem desenvolvendo gestão no sentido de atender com eficiência e eficácia sua clientela rural, apesar das restrições orçamentárias e financeiras e um quadro deficiente de pessoal a cada ano reduzindo, mesmo assim, o senso de superação dos servidores vem fazendo a máquina funcionar em busca dos objetivos estratégicos delineados anualmente, no intuito de dar cumprimento a sua programação operacional de metas, executar a reforma agrária visando a melhor distribuição da terra, onde abaixo podemos destacar algumas iniciativas que estão sendo desenvolvidas no âmbito da Regional, com a finalidade de oferecer digna qualidade de vida às famílias assentadas.

- Propiciar o acesso de assentados ao Projeto de Assentamento através da execução de obras de infra-estrutura de implantação e recuperação de estradas vicinais para escoamento da produção agrícola;
- Educação do Campo – capacitação e formação de profissionais nos níveis médio e superior para atuar nas áreas de assentamentos;
- Parcerias através de convênios com Prefeituras Municipais e outras entidades com o objetivo de atender demandas alternativas;
- Democratização das ações relativas ao programa de reforma agrária;
- Fazer gestão no sentido de promover paz, produção e qualidade de vida no meio rural;
- Promover Assistência Técnica, Social e Ambiental nos Assentamentos de reforma agrária, no intuito de garantir o desenvolvimento rural sustentável;
- Conceder crédito apoio inicial, fomento, aquisição de material para construção e recuperação de moradia rural, como forma de fixação do assentado no seu lote de terra;
- Incentivo ao programa de Documentação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em ação conjunta com órgãos vinculados a questão através dos mutirões da cidadania;
- Interagir com os movimentos sociais organizados, sindicatos e associações de trabalhadores rurais da região nas decisões de planejamento das ações estratégicas de reforma agrária;
- Incentivo à agroindústria e comercialização da produção rural nos assentamentos pelo programa “Terra Sol” através de parcerias com entidades governamentais e não-governamentais;
- Intervenção da Ouvidoria Agrária Regional na mediação de conflitos agrários e tensão social;

- Monitorar e dar assistência necessária nos acampamentos existentes na região de abrangência da SR;
- Ter a Reforma Agrária como mola propulsora do desenvolvimento rural integrado na região;
- Estimular o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF no âmbito da SR, orientando o assentado no sentido de gerar fonte de financiamento para dar sustentabilidade produtiva na sua terra.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

- Gerenciar os imóveis contidos no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, integrando as informações do SNCR ao Serviço de Registro Imobiliário, bem como georreferenciar e regularizar as terras públicas federais arrecadadas e matriculadas em nome do INCRA, na área de jurisdição da Superintendência Regional;
- Proceder as atualizações cadastrais e expedição de CCIR;
- Coordenar as atividades de cartografia e georreferenciamento da malha fundiária regional;
- Coordenar e monitorar as atividades desenvolvidas através das Unidades Municipais de Cadastramento; e
- Apoiar no sentido da implementação das ações desenvolvidas através do Programa Terra Legal Amazônia objetivando a regularização das áreas da União ocupadas por posseiros, cujo processo tramitarão por três etapas: o cadastramento do beneficiário e da área, o georreferenciamento das áreas cadastradas e a titulação da propriedade. O programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA em nove estados da Amazônia Legal, tendo como marco regulatório a Lei nº 11.952/2009.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

- Agilização dos processos de obtenção de terras apoiado na implantação de um sistema integrado de informações sobre terras e mercado, para possibilitar a implementação do programa de assentamento de trabalhadores rurais, definição de áreas prioritárias para intervenção governamental, sem cumprimento da função social, possibilitando a potencialização dos investimentos promotores de transformação da estrutura agrária;
- Cadastramento e seleção de famílias com aptidão agrícola para fins de assentamento;
- Identificação de áreas públicas com perspectiva de assentamento de famílias sem terra; e
- Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária de acordo com as instruções normativas e protocolares junto aos órgãos de meio ambiente.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

- Proporcionar o acompanhamento da situação sócio-econômica e ambiental dos assentamentos e das famílias assentadas;
- Intensificar ações no sentido da demarcação topográfica e implantação de infra-estrutura básica nos Projetos de Assentamento criados oficialmente pelo INCRA;
- Conceder crédito instalação como garantia de fixação e sustentabilidade às famílias assentadas;
- Promover o assessoramento técnico, social e ambiental para os assentados de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia;
- Fazer gestão no sentido de reduzir ou equacionar os conflitos e litígios pela posse e uso da terra nas áreas de assentamento;
- Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras nas áreas de reforma agrária, mediante celebração de convênio com instituições de ensino; e

- Implementar o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural(PNDTR) realizados através dos mutirões da cidadania, como forma de inclusão social ao programa de reforma agrária do governo federal. Esta ação vem sendo executada com êxito pela SR.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

Fazer gestão no sentido da racionalização dos procedimentos das atividades administrativas, utilizando, dentre outros, a faculdade da renegociação dos contratos de prestação de serviços, controle das despesas, tais como: serviços de telecomunicações, energia elétrica, material de consumo, serviços de vigilância, limpeza e conservação predial, reprografia etc., além do controle e preservação do acervo patrimonial da UJ, avaliando constantemente as demandas, visando essencialmente otimizar a relação custo/benefício. Os serviços de contabilidade e finanças estarão sempre aptos e eficientes na análise e conferência dos processos de despesas e o de recursos humanos habilitado nas tarefas de sua alcada, mormente no que diz respeito a prestação de assistência ao servidor ativo e inativo da SR. Favorecer acesso à capacitação e qualificação dos servidores para melhor desempenho de suas atividades internas, procurando elevar a qualidade do trabalho junto à clientela rural. Administrar os serviços de transportes e executar as atividades de protocolo. Em razão das aposentadorias e saídas voluntárias de servidores que estão ocorrendo anualmente, a Superintendência Regional vem passando por dificuldades para executar seu plano de ação, dada a carência de recursos humanos em todas as áreas de atuação. Talvez a realização de concurso público regionalizado poderia ser a solução e amenizaria o fluxo de evasão de pessoal para outras localidades.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 – Assentamentos para Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso a terra.

Gerente do programa: Celso Lisboa de Lacerda

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Giuseppe Serra Seca Vieira

Indicadores ou parâmetros utilizados: Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, etc).

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8384	A	3	Família Assentada	4.770	3.116	65%	1.015

Fonte:LOA/Caderno de Metas PO 2010 Ajustado/Relatório de Monitoramento/Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
604.074,00	892.804,79	688.312,93	77,09%	688.312,93	77,09%	631.515,93	70,73%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 1 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 8384

No exercício de 2010, foram assentadas 3.116 famílias, sendo 1.356 famílias no Território da Cidadania do Sudeste Paraense, 1.293 famílias no Território da Cidadania do Sul Paraense/Alto Xingu e 467 famílias fora dos Territórios, apesar dos esforços envidados pela equipe técnica da Divisão de Obtenção de Terras em parceria com os técnicos da Divisão de Desenvolvimento. O cumprimento da meta de assentamento de famílias ficou prejudicado em razão dos seguintes fatores: atraso na tramitação dos processos de obtenção de terras ao programa de reforma agrária, principalmente na etapa de ajuizamento de ações; demora no processo de retomada e destinação de lotes de projetos de assentamento já criados; redução no efetivo de servidores (remoção, exoneração e cessão para o Programa Terra Legal).

Apesar das dificuldades, ainda assim foram criados 03 (três) novos projetos de assentamento, totalizando 260 novas unidades familiares.

Vale ressaltar, que a meta física declarada pela Divisão de Obtenção de Terras ao INCRA/Sede foi de 3.000 famílias, portanto, representando a capacidade operacional desta Superintendência, em função dos fatores apresentados.

Em relação à execução orçamentária, podemos identificar como principais elementos de despesa, além dos custos normais para a execução desta ação, houve aumento significativo no valor das diárias e ainda o pagamento de diárias de servidores, combustível e manutenção de veículos para a execução dos trabalhos requeridos pela Norma de Execução nº.70, que dispõe sobre procedimentos operacionais e administrativos para identificar e corrigir inconsistências referentes aos critérios de elegibilidade na seleção de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. Ressaltamos que a área de jurisdição desta Superintendência é muito abrangente e que na maioria das vezes é de difícil acesso onerando assim o custo unitário por família na execução da ação em relação às demais Superintendências Regionais do INCRA.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8387	A	3	Área vistoriada (ha)	106.936	102.914,2659	96,2	105.000

Fonte: LOA/Caderno de Metas PO 2010Ajustado/Relatório de Monitoramento/Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadto		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
481.211,00	609.776,84	582.539,38	95,53%	582.539,38	95,53%	547.837,96	89,84%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 2 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 8387

Foram executados através das equipes técnicas da Divisão de Obtenção de Terras, trabalhos de vistoria de avaliação em 04 imóveis rurais considerados de interesse social para fins de reforma agrária pela via da desapropriação, correspondente a uma área de 35.874,1737 ha, sendo 02 imóveis dentro do Território da Cidadania do Sudeste do Pará (área de 11.780,9553 ha) e 02 imóveis dentro do Território da Cidadania do Sul do Pará/Alto Xingu (área de 24.093,2184 ha).

Em relação a vistoria preliminar, foram executadas 08 vistorias, perfazendo um total de 28.134,9070 ha, sendo 04 vistorias dentro do Território da Cidadania do Sudeste do Pará (área de 4.998,5974 ha), 04 vistorias dentro do Território da Cidadania do Sul do Pará/Alto Xingu (área de 20.462,8093 ha) e 01 vistoria fora dos Territórios da Cidadania (área de 2.673,5003 ha).

Foram computadas na meta física, além das vistorias citadas acima, 01 vistoria de avaliação situada dentro do Território da Cidadania do Sul do Pará/ Alto Xingu (área de 14.565,4378 ha) e 03 vistorias preliminares totalizando uma área de 24.339,7474 ha, sendo 01 no Território do Sudeste Paraense (área de 958,2433 ha) e 03 vistorias no Território da Cidadania do Sul do Pará/Alto Xingu.

Convém destacar, que existem 06 vistorias que foram iniciadas em 2010, demandando recursos orçamentários e serão concluídas em 2011 (conclusão de relatório), perfazendo um total de 17.597,3924 ha vistoriado, a qual será computada na meta física de 2011.

Apesar da execução de quase 100% da meta física, ainda assim, encontramos dificuldades na etapa de notificação dos proprietários dos imóveis, que é indispensável na execução das vistorias e ainda podemos citar como dificuldade a redução no efetivo de servidores (remoção, exoneração e cessão para o Programa Terra Legal).

Em relação à execução orçamentária, ressaltamos que a área de jurisdição desta Superintendência é muito abrangente e que na maioria das vezes é de difícil acesso, onerando assim, o custo unitário por hectare na execução da ação em relação às demais Superintendências Regionais do INCRA.

2.3.1.3 Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8374	A	3	Licença Ambiental Protocolada	71	4	5,63	20

Fonte: LOA/Caderno de Metas PO 2010Ajustado/Relatório de Monitoramento/Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadto		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
307.172,00	121.846,55	69.938,41	57,39%	69.938,41	57,39%	51.286,05	42,09%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 3 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 8374

Para o licenciamento ambiental de projetos de assentamento da reforma agrária, localizados no Pará, é exigido, de acordo com a Resolução CONAMA nº 387/06, de 27/12/2006, basicamente, dois tipos de licenças: Licença Previa (LP) e Licença de Instalação e Operação (LIO). A primeira é exigida e concebida na fase preliminar do planejamento dos projetos de assentamento, aprovando sua localização e concepção, bem como sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos a serem atendidos na próxima fase do licenciamento. Já a LIO é a licença que autoriza a implantação e operação dos projetos de assentamento, observadas a viabilidade técnica das atividades propostas, as medidas de controle ambiental e demais condicionantes para sua operação.

Além dos dois tipos de licenças descritas acima, a legislação que trata do licenciamento ambiental de projetos de assentamento da reforma agrária (Resolução CONAMA nº 387/06), prever que, em caráter excepcional, o órgão ambiental competente, quando solicitado pelo órgão executor do projeto de assentamento de reforma agrária, poderá expedir autorização ambiental para supressão de vegetação ou uso alternativo do solo para fins de produção agrícola de subsistência e

implantação de infraestrutura mínima essencial à sobrevivência das famílias assentadas, anterior à concessão da LIO, em área restrita e previamente delimitada.

Como a LP é exigida e concedida apenas na fase preliminar do planejamento dos projetos de assentamento, ou seja, é exigida somente para áreas novas, em que se deseja criar projetos de assentamento; e como o estudo ambiental necessário à sua solicitação pode ser o Laudo Agronômico, documento esse, essencial ao processo de obtenção de terras, por isso, perfeitamente consolidado na rotina do INCRA, a demanda de solicitação licenças prévias depende, fundamentalmente, da disponibilidade de processos de obtenção de terras aptos a serem destinados à criação de projetos de assentamento de reforma agrária. Dessa forma, a demanda de requerimento de LP é espontânea, dependendo apenas da capacidade da Superintendência em obter terras. Não havendo, portanto, obrigatoriedade de sua solicitação se não há imóveis em obtenção no ponto de serem destinados ao planejamento da criação de projetos de assentamento. Nesse sentido, a demanda oriunda da Divisão de Obtenção de Terras a este Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais, no exercício de 2010, foi de apenas três processos, que geraram, consequentemente, **03 (três) protocolos de solicitação de LP** junto ao órgão ambiental competente (Tabela 4).

Já em relação à LIO, existe uma demanda reprimida de mais ou menos 99% dos projetos de assentamento criados até então, que a Superintendência ainda não conseguiu dar vazão.

Para solicitação da LIO, a Legislação estabelece como estudo ambiental essencial para análise do pleito, pelo órgão ambiental competente, o Projeto Básico (PB) ou o Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA); desde que atendidos o rol contido no Anexo III da Resolução CONAMA nº 387/06. A Resolução prever também que para os projetos de assentamento criados até dezembro de 2003, a LIO poderá ser solicitada mediante apresentação de PRA (Plano de Recuperação de Assentamento). Ocorre que, como nas ações de implantação e consolidação de projetos de assentamento do INCRA há obrigatoriedade da elaboração de PDA ou PRA, como instrumentos de planejamentos das políticas de desenvolvimento dos assentamentos (Norma de Execução INCRA/DD nº 71, de 12 de maio 2008), não há necessidade de contratação de estudos ambientais específicos (PB) para obtenção da LIO. Além disso, o roteiro indicado pela Resolução CONAMA nº 387/06 para elaboração de Projeto Básico, é basicamente o mesmo indicado pela Norma de Execução INCRA/DD nº 71, o PB para elaboração de PDA e PRA. Desse modo, não há necessidade de elaboração ou contratação de dois estudos que atendam ao mesmo propósito.

Na Estrutura Regimental do INCRA aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, a atribuição de contratar, analisar e aprovar PDA e PRA é da Divisão de Desenvolvimento, que posteriormente só repassa uma cópia do PDA ou PRA ao Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais, para que seja providenciada a solicitação da LIO. Entretanto, além da oferta de PDA ou PRA ter sido inferior às metas de licenciamento estabelecidas em 2010, os PDAs e PRAs que ainda são elaborados não atendem a requisitos mínimos para ser utilizados no licenciamento ambiental dos projetos de assentamento.

Salvo melhor juízo, na elaboração de um estudo ambiental com objetivo de licenciamento ambiental de uma obra ou empreendimento rural, é essencial que o estudo contenha no mínimo sua localização, identificação e localização das áreas de uso alternativo do solo, de preservação permanente e proposta de reserva legal. Sem essas informações básicas de planejamento de uso e ocupação do solo nos projetos de assentamento, não há como licenciar os empreendimentos e por consequências as atividades de exploração econômica. Nesse aspecto, a falta de critérios no momento de contratação de PDA e PRA, precariedades na avaliação para recebimento dos PDAs e PRAs, ausência de demarcação de lotes nos projetos de assentamento e assentamento de famílias em lotes diminutos e localizados em áreas de preservação permanente, dificultam a elaboração e a proposição de soluções por parte das empresas encarregadas de elaboração de PDA e PRA. Ocasionando com isso, produção de estudos ou planos com baixa qualidade técnica e imprestáveis para serem usados na obtenção do licenciamento ambiental dos projetos de assentamento.

Dessa forma, o setor que seria responsável pela execução do licenciamento ambiental dos projetos de assentamento, na Superintendência, não tem participado do planejamento do projeto de assentamento no momento da criação. Por sua vez, também não possui gestão sobre a contratação dos estudos ambientais (PDAs e PRAs) necessários à solicitação das licenças de

instalação e operação dos projetos de assentamentos. Como efeito, as atividades ou metas de licenciamento ambiental ficam permanentemente comprometidas, talvez pela falta de conjugação de esforços no sentido de superação dos gargalos que entravam o processo de licenciamento ambiental dos projetos de assentamento.

Com relação às autorizações ambientais, embora não seja foco principal das metas de licenciamento da Superintendência, têm-se recorrido a esse expediente como estratégia de obtenção de autorizações para execução de obras de infra-estrutura básica e/ou para supressão de vegetação ou uso alternativo do solo, em razão da falta de licença de instalação e operação. Nesse sentido, no ano de 2010 foi solicitada uma autorização para implantação e recuperação de estradas vicinais em projetos de assentamento do município de Piçarra-PA (Tabela 4). Esse recurso também gera, gastos com publicações do pedido da autorização em jornal e em diário oficial, tal qual como ocorre para as licenças prévias e de instalação e operação. Além dos gastos com publicações, ocorrem gastos com taxas pela expedição das autorizações. Neste exercício foram pagas duas taxas referentes a autorizações solicitadas no exercício anterior (Processo nº 54600.002201/2010-91).

Ord.	Tipo de Licença	Imóvel/PA	Município	Data
1	LP	Fazenda Nossa Senhora de Nazaré	Marabá	09/02/2010
2	LP	Fazenda Estiva	Conceição do Araguaia	26/05/2010
3	LP	Fazenda Santa Maria II - Lote 34,46 e 59	Floresta do Araguaia	29/09/2010
4	Autorização	Projetos de Assentamento: Vale Formoso, Francisco Nunes Teixeira, Djalma Castro e Carlos Pereira Nunes.	Piçarra	07/2010

Tabela 4 - Relação de imóveis que tiveram solicitação de licença ambiental executada no exercício 2010

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	4460	A	3	Área Obtida (ha)	5.752	13.182,0325	229,17	52.197

Fonte: LOA/Caderno de Metas PO 2010Ajustado/Relatório de Monitoramento/Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
13.553.524	3.021.058,93	3.021.058,93	100%	3.021.058,93	100%	397,21	1,31%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 5 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 4460

A desapropriação ou aquisição do imóvel rural, após a edição do decreto declaratório de interesse social para fins de reforma agrária, só estará consumada com a devida incorporação do imóvel em nome do INCRA, após o auto de imissão de posse pela Justiça Federal.

Foram obtidos 03(três) imóveis para o programa nacional de reforma agrária, perfazendo uma área total avaliada de 13.182,0325 ha, sendo 01 imóvel abrangido pelo Território da Cidadania do Sul do Pará/ Alto Xingu (área de 4.762,9998 ha) e 02 imóveis fora dos Territórios da Cidadania (área de 8.419,0327 ha).

Foram encaminhados 04 (quatro) conjuntos de documentos (kit TDA) para lançamento de TDA's e liberação de recursos para indenização de benfeitorias, totalizando uma área de 47.609,4656 ha, no entanto, não foram descentralizados recursos por parte do INCRA sede para obtenção dos referidos imóveis.

Foram decretados 06 (seis) imóveis para fins de desapropriação para reforma agrária, com área total de 41.161,0546 ha, sendo 03 imóveis dentro do Território do Sudeste do Pará (área de 15.310,4505 ha) e 03 imóveis dentro do Território do Sul do Pará/ Alto Xingu (área de 25.850,6041 ha).

Foram realizadas pesquisas de mercado para elaboração da planilha de preços referenciais de terras e imóveis rurais em 11 (onze) municípios que compõe as microrregiões da SR, perfazendo um total de 114 elementos obtidos, com a finalidade de subsidiar a avaliação de imóveis rurais dentro da alçada de competência regimental.

Em relação à execução orçamentária, a Programação Operacional de 2010 destinou R\$ 1.155.278,00 para pagamentos de benfeitorias e R\$ 12.398.246,00 para indenização de terra nua em TDA, havendo uma descentralização de recursos para pagamento de benfeitorias no valor de R\$ 1.155.703,07 e emissão de R\$ 1.865.355,86 em TDA para indenização de terra nua, referentes a 02 imóveis com área total de 2.565,0869 ha, no entanto, não houve tempo hábil por parte da Procuradoria Federal Especializada para ajuizamento da ação de desapropriação junto a Justiça Federal, em função do número reduzido de Procuradores em atuação na Superintendência.

O índice de gasto com Obtenção de Terras pela Superintendência foi de 1.319,99 reais/hectare, totalizando os 03 imóveis obtidos.

A desapropriação ou aquisição do imóvel rural, após a edição do decreto declaratório de interesse social para fins de reforma agrária, só estará consumada com a devida incorporação do imóvel em nome do INCRA, após o auto de imissão de posse pela Justiça Federal.

Foram obtidos 03 (três) imóveis para o programa nacional de reforma agrária, perfazendo uma área total avaliada de 13.182,0325 ha, sendo 01 imóvel abrangido pelo Território da Cidadania do Sul do Pará/ Alto Xingu (área de 4.762,9998 ha) e 02 imóveis fora dos Territórios da Cidadania (área de 8.419,0327 ha).

Foram encaminhados 04 (quatro) conjuntos de documentos (kit TDA) para lançamento de TDA's e liberação de recursos para indenização de benfeitorias, totalizando uma área de 47.609,4656 ha, no entanto, não foram descentralizados recursos por parte do INCRA/Sede para obtenção dos referidos imóveis.

Foram decretados 06 (seis) imóveis para fins de desapropriação para reforma agrária, com área total de 41.161,0546 ha, sendo 03 imóveis dentro do Território da Cidadania Sudeste Paraense (área de 15.310,4505 ha) e 03 imóveis dentro do Território da Cidadania do Sul do Pará/ Alto Xingu (área de 25.850,6041 ha).

Foram realizadas pesquisas de mercado para elaboração da planilha de preços referenciais de terras e imóveis rurais em 11 (onze) municípios que compõe as microrregiões jurisdicionadas, perfazendo um total de 114 elementos obtidos, com a finalidade de subsidiar a avaliação de imóveis rurais nas ações de desapropriação ou aquisição, dentro da alçada de competência regimental.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0135	2272	A	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA/2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
-	532.308,54	398.216,10	74,8%	398.216,10	74,8%	33.150,06	6,22%

Fonte: Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 6 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2272 (Programa 0135)

Essa Ação não possui meta física, no entanto, o recurso que é disponibilizado para esta ação é de fundamental importância para gerir as demais ações do Programa 0135, considerando que este recurso é utilizado nas despesas e serviços que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Os recursos descentralizados para esta ação foram utilizados mais especificamente para atender despesas de suporte operacional, na sede da Superintendência e Unidades Avançadas, no acompanhamento e execução das Ações do Programa citado, que compreendem: pagamento de publicações de matérias oficiais em jornal ou DOU, pagamento de Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, aquisição de material de consumo (combustível e outros), deslocamentos através de concessões de diárias a servidores em objeto de serviços da Divisão de Obtenção de Terras, passagens aéreas, locação de veículos e contribuir no pagamento de outros serviços de terceiros realizados através de pessoa jurídica.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Jandir Mella

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:

Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8396	A	3	Família Atendida	2.608	40361	1547,58%	3.317

Fonte: LOA/Caderno de Metas PO 2010 Ajustado/Relatório de Monitoramento/Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadto		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
15.724.917,00	18.723.105,38	18.290.117,54	97,69%	18.290.117,54	97,68%	0,00	0,00%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 7 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 8396

Do limite autorizado de R\$ 18.723.105,38 (Dezoito milhões, setecentos e vinte e três mil, cento e cinco reais e trinta e oito centavos), foi devidamente empenhado o valor de R\$ 18.290.117,54 (Dezoito milhões, duzentos e noventa mil, cento e dezessete reais e cinqüenta e quatro centavos), resultando numa execução orçamentária de 97,69%. Ressaltando que em relação ao valor programado na PO 2010, houve um acréscimo de recursos destinado a atender demanda solicitada pela SR. Do valor provisionado e empenhado está inclusa a importância de R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais) oriunda de Emenda Parlamentar, para implantação e recuperação de infra-estrutura básica em Projetos de Assentamento na região sul paraense.

Os recursos programados nesta ação, apesar de restritos em função do passivo existente, destinam-se mais especificamente para realização de obras de infra-estrutura de implantação e recuperação de estradas vicinais e construção de pontes em áreas de Projetos de Assentamento da jurisdição da SR, no sentido de viabilizar o acesso e trafegabilidade a famílias de trabalhadores rurais das regiões Sul e Sudeste do Pará. Os recursos empenhados em 2010, proporcionaram a celebração de 21(vinte e um) Convênios através de Transferências à Municípios, os quais tem como objeto a implantação de 252,46 Km de estradas vicinais e recuperação de 697,65 Km de estradas vicinais, além da construção de 364 metros de ponte estaqueada em madeira de lei, cujas obras deverão ser acompanhadas e fiscalizadas no decorrer do próximo exercício.

A execução das obras de infra-estrutura básica são acompanhadas e fiscalizadas pelo INCRA, através do Serviço de Infraestrutura da SR. Ressalte-se neste ponto, o deficiente quadro de pessoal habilitado para fiscalizar e receber as obras concluídas, contando apenas com 01 Engenheiro Civil e 02 Técnicos do setor na linha de frente.

Vale ressaltar que a capacidade de pagamento, ficou prejudicada pela tempestividade na descentralização dos recursos orçamentários, bem como, nos procedimentos de formalização dos convênios ao final do exercício, sem tempo hábil para liberação das parcelas, em virtude da falta da Licença Ambiental, pré-requisito para liquidação das mesmas.

É conveniente esclarecer que estamos computando como realizadas em 2010, obras provenientes de contratos firmados em exercícios anteriores, sendo 621,48 km de estradas construídas, 2.767,46 de estradas recuperadas, 07 poços de abastecimento d'água, e 11 km de pavimentação asfáltica interligando os núcleos de assentamento rural Palmares I a Palmares II, no município de Parauapebas/PA, beneficiando ao todo cerca de 40.361 famílias de trabalhadores rurais. O elevado desempenho percentual registrado, se deve à inclusão sobreposta da mesma família ser beneficiada com mais de um tipo de infra-estrutura (estrada, abastecimento de água e pavimentação asfáltica).

As despesas processadas e não pagas no exercício de 2010, ficaram inscritas em “Restos a Pagar”, na perspectiva de serem liquidadas no exercício seguinte, de acordo com o cronograma de execução das obras conveniadas.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8398	A	3	Família atendida	893	3.066	343,33%	3.776

Fonte:LOA/Caderno de Metas PO 2010Ajustado/Relatório de Monitoramento/Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
893.281,00	443.480,00	418.071,32	94,27%	418.071,32	94,27%	36.581,33	8,24%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 8 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 8398

No exercício de 2010, foi autorizada a provisão de R\$ 420.040,00 (quatrocentos e vinte mil e quarenta reais) e empenhadas despesas no valor de R\$ 418.071,32 (quatrocentos e dezoito mil e setenta e um reais e trinta e dois centavos), sendo que deste último, R\$ 381.489,99 (Trezentos e oitenta e um mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos), foram destinados para atender serviços de topografia e geodésia para demarcação topográfica de 602 parcelas de Projetos de Assentamento criados no âmbito da Regional, assim discriminados: Lote 1 (PA Água Fria dos Mendes, PA Canudos e PA Baguá), Lote 2 (PA Águas Claras, PA Santa Mariana e PA União Batente) e Lote 3 (PA Água da Saúde, PA Mamuí, PA Prata e PA Santa Rita do Itacaiunas), mediante contratos com empresas credenciadas para tal, na forma especificada a seguir:

- 1) IMEDIATA – TOPOGRAFIA E GEODÉSIA LTDA., o valor de R\$ 138.490,00 (cento e trinta e oito mil e quatrocentos e noventa reais) para executar a demarcação de 229 parcelas do lote 01;
- 2) GEOMED SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA., o valor de R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais) para executar a demarcação de 181 parcelas do lote 02;
- 3) RN CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., o valor de R\$ 125.999,99 (cento e vinte e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) para executar a demarcação de 192 parcelas do lote 03.

O acompanhamento e fiscalização dos serviços topográficos contratos serão feitos por servidores habilitados para tal, através de Ordem de Serviço, no decorrer do próximo exercício.

Do total empenhado, foram pagos apenas o valor de R\$ 36.581,33 (Trinta e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e trinta e três centavos) com deslocamento de servidores para atender demanda vinculada a esta ação nas áreas de assentamento.

Estamos computando como realizados em 2010, serviços topográficos provenientes de contratos firmados em exercícios anteriores, sendo 3.066 parcelas demarcadas nas áreas de assentamento rural, refletindo numa elevação de desempenho percentual.

A meta física programada na PO 2010 ficou prejudicada, em razão da descentralização de recursos tardeamente, obediência ao prazo do procedimento licitatório, análise jurídica e homologação das propostas vencedoras no processo de licitação. No entanto, as despesas processadas e não pagas ficaram inscritas em “Restos a Pagar”, na perspectiva de serem liquidadas no próximo exercício, de acordo com o cronograma de execução dos serviços contratados.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	691	0137	4320	A	3	Família beneficiada	-	-	-	5.997

Fonte: LOA/Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadto		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Tabela 9 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 4320

AÇÃO NÃO PROGRAMADA EM 2010.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	4358	A	3	Documento de titulação expedido	1.328	4.447	335%	4.002

Fonte: LOA/Caderno de Metas PO 2010Ajustado/Relatório de Monitoramento/Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
192.632,00	192.632,00	189.215,38	98,22%	189.215,38	98,22%	185.784,62	96,44%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 10 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 4358

Como preceito constitucional, “os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos”. As condições resolutivas constantes dos títulos de domínio expressam compromissos de inalienabilidade das parcelas tituladas por prazo determinado, a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais existentes, etc. Nesse sentido, convém ressaltar a importância do georreferenciamento dos imóveis rurais, onde são definidos com precisão os limites de cada propriedade, contribuindo para evitar erros de sobreposição de imóveis e a perfeita identificação do respectivo domínio. Dessa forma, foi elaborado o Manual de Titulação de Projetos de Assentamento com o objetivo de elencar os procedimentos necessários para emissão dos instrumentos de titulação, quais sejam: Contrato de Concessão de Uso – CCU, Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU e o Título de Domínio – TD, e traz todas as etapas e condicionantes de acesso e emissão dos documentos de titulação provisória e definitiva.

A execução desta ação vem sendo prejudicada anualmente na sua programação de meta física, em razão da dificuldade em se realizar os trabalhos de georreferenciamento nos lotes dos Projetos de Assentamento. No decorrer do exercício de 2010, foi autorizada a provisão de R\$

192.632,00 (Cento e noventa e dois mil, seiscentos e trinta e dois reais), e empenhadas despesas no valor de R\$ 189.215,38 (Cento e oitenta e nove mil, duzentos e quinze reais e trinta e oito centavos), para atender despesas vinculadas a execução desta ação. O valor pago de R\$ 185.784,62 (Cento e oitenta e cinco mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e dois centavos), foi utilizado em despesas com concessões de diárias, aquisição de combustível, locação de veículos e manutenção de veículos, culminando todo o trabalho realizado na expedição de 4.447 documentos de titulação em Projetos de Assentamento, envolvendo CCU e Título de Domínio – TD respectivamente, superando a meta programada. A titulação assegurará ao agricultor o acesso a terra e aos créditos e programas oferecidos pelo INCRA e outros programas do governo federal.

A execução da presente ação, embora tenha alcançados resultados positivos, tem suas atividades prejudicadas pela falta de mão-de-obra setorizada, como o reduzido número de servidores disponíveis nesta Superintendência Regional, obrigando a convocação de servidores da Sede/Brasília e outras Superintendências, o que demandou maiores despesas para esta ação. Quanto a emissão de Títulos Definitivos de Propriedade tem esbarrado na efetivação da demarcação com georreferenciamento dos assentamentos e de seus lotes, o que de certa maneira trás prejuízos aos dois lados, tanto ao INCRA quanto aos assentados. O quadro acima revela os valores gastos com diárias, material de consumo, passagens e despesas com locomoção e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica. A meta foi alcançada com expedição do Título Provisório (CCU – Contrato de Concessão de Uso). Para 2011 haverá a necessidade de maior empenho dos dirigentes locais, no sentido de acelerar a conclusão dos trabalhos de georreferenciamento dos Projetos de Assentamento, fim possibilitar atender a demanda programada.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curituba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Tabela 11 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 10YN

*AÇÃO NÃO ÁPLICÁVEL A NATUREZA JURIDICA DA UJ.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	2B06	A	3	Unidade de produção atendida	30	0	0	0

Fonte: LOA/Caderno de Metas PO 2010Ajustado/Relatório de Monitoramento/Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquido		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
103.308,00	103.308,30	21.896,85	21,20	21.896,85	21,20	21.896,85	21,20

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 12 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2B06

Devido ao quadro reduzido de pessoal e até por conveniência ou comodidade administrativa, o INCRA sempre optou por não realizar execução direta de algumas ações, sobretudo na área de desenvolvimento de projetos de assentamento. Nessa área incluem atividades de implantação e/ou recuperação de estradas, assistência técnica às famílias assentadas, demarcação topográfica, dentre outras. Nessa lógica, também seguiu a Ação 2B06 (Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária).

A concepção hoje no INCRA e em particular na Superintendência é que para execução da Ação de Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, há necessidade de formação de parcerias que viabilizem a implantação de projetos de recuperação ou manejo de recursos naturais nos projetos de assentamento. Visto que, a Superintendência não dispõe de pessoal suficiente para proposição e execução de projetos dessa natureza. O pessoal existente

teria no máximo condições de realizar a fiscalização e acompanhamento da aplicação dos recursos. Essas parcerias se concretizariam através da formalização de convênios com empresas de assistência técnica, prefeituras e/ou com associações de agricultores com capacidade técnica.

Ocorre que, talvez por deficiência e descontinuidade na assistência técnica às famílias assentadas, no ano de 2010, não recebemos nenhuma proposta de projeto na linha de recuperação de áreas degradadas ou manejo de recursos naturais, proposto por empresas contratadas para prestar assistência técnica nos projetos de assentamento de reforma agrária da região. Recebemos apenas uma proposta da Prefeitura Municipal de Jacundá, a qual propõe um projeto de construção de um viveiro de mudas em valor superior ao total previsto na Ação para o ano de 2010. Além disso, a proposta apresentava algumas inconsistências sob o ponto de vista técnico que foram apontadas e recomendadas adequações. Mas que, infelizmente não foram realizadas antes do final do exercício, por isso não houve formalização de convênio.

Desse modo, não houve execução prática de nenhum projeto na área da Ação 2B06 no exercício de 2010. Foram realizadas apenas algumas visitas a projetos de assentamento para levantamento de informações, visando à implantação de atividades do Programa Agrobiodiversidade da Amazônia. Esse Programa é de autoria da Diretoria de Desenvolvimento e tem como uma de suas finalidades a instalação de viveiros de mudas em projetos de assentamento, com objetivo de criar condições para futura implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas de reserva legal nos assentamentos como estratégia de recuperação dessas áreas, com oportunidade de geração de renda para as famílias.

Como primeira ação do Programa de Agrobiodiversidade da Amazônia, foi firmado, ao final do ano de 2010, convênio com a EMBRAPA para implantação de 30 viveiros de mudas de espécies florestais e frutíferas em projetos de assentamentos localizados nos municípios de Marabá e Itupiranga. Nesse sentido, a perspectiva para o exercício vigente, é que com a implantação desses viveiros, crie-se condições para implantação de projetos de recuperação de áreas degradadas (reserva legal e preservação permanente) nos projetos de assentamento, dando-se a efetiva implementação das ações previstas pela Ação 2B06.

Ressalta-se que a coordenação desse Programa e a formalização das parcerias são realizadas pelo INCRA/Sede, em Brasília. Nesse sentido, a participação da Superintendência Regional está limitada a apoio logístico e a acompanhar a implantação dos projetos em campo.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	0427	OP	3	Família atendida	4.512	7.276	161,25%	3.483

Fonte: LOA/Caderno de Metas PO 2010Ajustado/Relatório de Monitoramento/Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
56.968.171,00	16.452.400,00	16.452.400,00	100%	16.452.400,00	100%	204.000,00	1,23%

Fonte: Caderno de Metas PO/2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 13 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 0427

Como é sabido, o Crédito Instalação é uma operação especial de crédito do governo federal destinada aos beneficiários do programa nacional de reforma agrária, e visa dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades (PPA 2008-2011).

Durante o exercício de 2010 ocorreram intervenções administrativas do INCRA/Sede no Setor de Crédito Instalação desta SR27, através de Auditoria Interna e Grupo de Trabalho, buscando a correta aplicação do Crédito Instalação. Essas intervenções ocasionaram bloqueio de liberação de recursos das contas bancárias em favor de entidades representativas de assentados, bem como influenciaram na disponibilização de recurso financeiro para a ação supracitada.

A instauração da Auditoria Interna foi solicitada pela SR para averiguar a aplicação dos recursos do Crédito Instalação. Então, foi estabelecida a auditoria sobre os processos de crédito instalação, modalidades Aquisição de Material de Construção (AMC) e AMC/Recuperação, examinando a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão quanto à concessão do crédito instalação no âmbito da Superintendência Regional.

O relatório desta auditoria interna foi elaborado por quatro servidores do INCRA. Este relatório consta com algumas recomendações entre as quais se destacam a necessidade de sanar os processos de crédito instalação observando a norma de execução vigente, inclusive inserindo documentos faltantes no processo como também apurar a responsabilidade de gestores de crédito

instalação da SR27 que realizaram repasse de recurso público sem utilizar os critérios da legislação específica.

Paralela a esta auditoria a Divisão de Desenvolvimento solicitou ao INCRA/Sede, através de um Plano de Trabalho, recursos humanos e financeiros para que os processos precários de documentação fossem instruídos dentro da Norma de Execução que rege o programa de Concessão de Crédito Instalação.

Em setembro de 2010, a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento-DD do INCRA/Sede solicitou ao Banco do Brasil o bloqueio de todas as contas bancárias passíveis de concessões na linha de Crédito Instalação da SR de Marabá. Logo após o bloqueio, o INCRA/Sede criou um Grupo de Trabalho para verificar os processos que estavam com pagamentos pendentes em virtude de autorização de aplicação de recursos de crédito instalação. Foi realizado monitoramento do crédito aplicado para que não fosse liberado pagamento aos fornecedores sem que o processo relativo ao recurso estivesse instruído conforme legislação vigente.

Anterior às intervenções administrativas foi autorizada a provisão de R\$ 16.452.400,00 (Dezesseis milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos reais) para Crédito Instalação nas modalidades Apoio Inicial, Aquisição de Material de Construção, Recuperação/Material de Construção e Fomento. Este recurso foi empenhado em sua totalidade criando expectativas de segurança alimentar e moradia digna às famílias a serem atendidas.

Entretanto, dos R\$ 16.452.400,00 (Dezesseis milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos reais) empenhados foram pagos somente 204.000,00 (Duzentos e quatro mil reais) referentes a 4 (quatro) AMC, 30 (trinta) AMC/Complementação e 12 (doze) Recuperações totalizando **46** (quarenta e seis) famílias atendidas de Projetos de Assentamento localizados no Território da Cidadania Sudeste Paraense; atingindo somente pouco mais de um por cento tanto da meta física quanto da financeira programadas para 2010.

Esta Superintendência Regional não efetuou o pagamento da quantia restante empenhada porque não houve disponibilidade de recursos financeiros suficientes para realizar os compromissos financeiros pactuados. Mas, o grande volume de processos de crédito instalação em vigência e o acentuado valor financeiro de exercícios anteriores constante nas contas vinculadas a ação em comento, permitiram ao setor de crédito aplicar mais de 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais) no decorrer do ano de 2010 e atender cerca de **7.230** famílias.

Os recursos empenhados e não pagos em 2010 ficaram inscritos em “Restos a Pagar” na perspectiva de serem liquidados no exercício seguinte, desde que obedecidas as formalidades legais inerentes à espécie.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0137	2272	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: LOA/2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
-	2.656.054,13	1.828.327,07	68,83%	1.828.327,07	68,83%	1.749.108,62	65,85%

Fonte: Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 14 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2272 (Programa 0137)

Do limite autorizado para esta ação, R\$ 2.656.054,13 (Dois milhões, seiscentos e cinqüenta e seis mil, cinqüenta e quatro reais e treze centavos), foram concedidos às Unidades Avançadas, para dar suporte operacional e administrativo do programa, o valor de R\$ 793.388,80 (Setecentos e noventa e três mil, trezentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos), resultando no valor empenhado de R\$ 1.828.327,07 (Um milhão, oitocentos e vinte e oito mil, trezentos e vinte e sete reais e sete centavos), e saldo de crédito disponível não aplicado de R\$ 34.338,26 (Trinta e quatro mil, trezentos e trinta e oito reais e vinte e seis centavos). Com relação aos valores pagos, na ordem de R\$ 1.749.108,62 (Um milhão, setecentos e quarenta e nove mil, cento e oito reais e sessenta e dois centavos), foram utilizados para atender despesas de suporte operacional na sede da SR e Unidades Avançadas, no acompanhamento e execução das ações vinculadas ao programa que compreendem: concessões de diárias, passagens, material de consumo (combustíveis e outros), locação de veículos, manutenção de veículos, despesas de exercícios anteriores e aquisição de material permanente. Das ações realizadas, pode-se destacar os trabalhos de vistorias ocupacionais segundo a Instrução Normativa/47, de setembro 2009, que estabelece diretrizes para supervisão da situação ocupacional em projetos de reforma agrária, retomada de parcelas ocupadas irregularmente

e sua destinação para assentamento de agricultores(as), onde possibilitou a regularização de cerca de 2.800 ocupações irregulares, além das vistorias que possibilitaram a confecção de 4.447 contratos de concessão de uso – CCU. Assim como, a contratação e fiscalização da aplicação de recursos concedidos para Crédito Instalação a famílias assentadas, vistoria e fiscalização de obras de infra-estrutura de implantação e recuperação de estradas vicinais e pontes em áreas de Projetos de Assentamento através de convênios celebrados com municípios. Vistoria e levantamento com fins de cadastramento de famílias que estão ocupando irregularmente lotes de terra em PA's e que receberam assistência técnica. Deslocamento de servidores do setor de engenharia até a cidade de Conceição do Araguaia objetivando trabalhar na elaboração do Projeto Técnico de construção do prédio/sede da Unidade Avançada instalada naquela cidade, como também para elaboração de Projeto Básico para recuperação de estradas vicinais objeto de contratação via procedimento licitatório. Além de outros deslocamentos de campo e cidade feitos por servidores lotados no Gabinete da Superintendência tratando de questões de interesse do INCRA/SR.

Utilizando recursos orçamentários desta ação, foram realizadas despesas na área de Tecnologia da Informação o valor de R\$ 75.362,94(Setenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois reais e noventa e quatro centavos), com aquisição de material de processamento de dados, contrato de locação de mão-de-obra de suporte em informática na sede da SR, contratos de prestação de serviços de Internet nas Unidades Avançadas, prestação de serviços de manutenção de equipamentos de informática e aquisição de equipamentos e material permanente.

2.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: José Alves Rodrigues Filho

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.³

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);
b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registras;
c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;
d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;
e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;
f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e
g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	125	0138	2105	A	3	Imóvel Gerenciado	3.800	2.120	55,79 %	2.030

Fonte: LOA/Caderno de Metas PO 2010 Ajustado/Relatório de Monitoramento/Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
38.084,00	84.586,90	66.192,60	78,25 %	66.192,60	78,25 %	63.342,60	74,88%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 15 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2105

O Gerenciamento de Cadastro Rural é tido como atividade responsável pela organização, manutenção e atualização dos cadastros de imóveis rurais e seus detentores no SNCR.

Em 2010, foram capacitados servidores de **07** (sete) Unidades Municipais de Cadastramento - UMC's e efetuado o monitoramento das **25** UMC's que estão em funcionamento na circunscrição da SR27.

Também em 2010, foram analisados **226** processos de imóveis rurais objetos de georreferenciamento. Sendo que, contamos com o auxilio de 01 (um) servidor da SR-10, por um período de 30 dias, na análise e na atualização cadastral desses imóveis.

Ainda no exercício de 2010, objetivando a aferição de GUT e GEE foram analisados e classificados **16** processos de desapropriação de terras.

O Serviço de Cadastro Rural possui um BOX para atendimento na Sala do Cidadão, sendo atendidos no ano de 2010 cerca de **2.101** clientes ruralistas.

Segue abaixo - **Quadro** com o quantitativo de atualizações cadastrais efetuadas pelo Serviço de Cadastro Rural da SR e UMC's e o quantitativo de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR's emitidos na circunscrição da Superintendência Regional.

Mês	Atualização Cadastral	Emissão de CCIR
Janeiro	66	1.051
Fevereiro	135	1.240
Março	181	1.176
Abril	165	987
Maio	149	1.046
Junho	165	894
Julho	142	821
Agosto	261	1.083
Setembro	287	1.351
Outubro	233	898
Novembro	161	1.011
Dezembro	175	755
Total	2.120	12.313

Tabela 16 – Atualização cadastral e emissão de CCIR

O saldo constante na execução orçamentária de R\$ **18.394,30** deve-se ao fato dos recursos terem sido descentralizados para esta SR no decorrer do mês de dezembro, não havendo tempo hábil para execução das ações junto às UMC's (capacitação, monitoramento, etc), bem como para requisitar servidores de outras SR's para nos auxiliar na análise de processos de georreferenciamento, fiscalização cadastral, obtenção de terras, etc.

Dificuldades apresentadas para o alcance da meta estabelecida para 2010:

Número reduzidos de servidores:

- Contamos apenas com 01 Fiscal de Cadastro Rural para analisar processos de fiscalização cadastral, de georreferenciamento e de desapropriação de imóveis com área acima de 5.000ha;
- 01 Técnico para análise de processos de georreferenciamento de imóveis de até 5.000h;
- 02 Técnicos para análise de processos de imóveis com área de até 4 módulos fiscais;
- 01 Técnico que trabalha na sala do cidadão;
- 01 Colaborador terceirizado – digitador

Falta de capacitação para servidores:

- Falta de capacitação para os Técnicos em atividades no setor – capacitação do Manual de Cadastro Rural, Curso de cadeia dominial e outros;

Dificuldade em se conseguir veículo na SR para as viagens:

As programações para ações junto as UMC's e Serviço Cartorial sempre sofrem atraso pela falta de veículo para deslocamento de servidor.

Nos três monitoramentos do ano de 2010, os veículos fornecidos estavam em péssimas condições de uso – em todas as viagens apresentaram problemas mecânicos na estrada.

Síntese de atividades desenvolvidas pelo Setor de Cadastro Rural da SR27 em 2010

Processos de Fiscalização Cadastral Finalizados em 2010	Análise Cadastral em Processos de Certificação	Capacitação de Pessoal de UMC	Monitorias de UMC's	Acordos de Cooperação Técnica Formalizados (UMC)	Observações (atualizações cadastrais – 2010)
01	226	07	25	04	2.120

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Tabela 17 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2114

*AÇÃO NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ.

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Marcelo José Pereira da Cunha

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	4426	A	3	Área georreferenciada (Ha)	2.647.313	69.781	2,64	100.000

Fonte: LOA/Caderno de Metas PO 2010Ajustado/Relatório de Monitoramento/Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
36.080.602	62.102,98	53.232,20	85,71%	53.232,20	85,71%	51.932,20	83,62%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 18 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 4426

Os contratos para atender a ação de georreferenciamento estão sendo controlados e pagos com recursos centralizados na Sede/Brasília, e os resultados estarão sendo melhor justificados pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal – SRFA.

Cabendo a Divisão Estadual em Marabá apenas a fiscalização “in loco” da execução dos contratos de georreferenciamento, e na entrega das peças técnicas, destinando assim a aplicação dos recursos somente para deslocamento de servidores da Divisão na forma de diárias, combustível, locação de veículo e manutenção de veículos do órgão.

A meta física e orçamentária prevista na PO 2010 foi estabelecida pela SRFA como expectativa dos contratos serem firmados diretamente pela Coordenação do Programa Terra Legal em Brasília.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	2110	A	3	Imóvel regularizado (ha)	5.363	6.142,69	114,52%	172512

Fonte: LOA/Caderno de Metas PO 2010Ajustado/Relatório de Monitoramento/Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
2.263.359,00	115.248,37	110.459,75	95,84%	110.459,75	95,84%	95.459,75	82,82%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 19 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2110

Muito provavelmente a meta prevista na PO 2010, estimada pela SRFA/BSB, tenha sido equivocada na unidade de número de cadastros, até mesmo em função do valor orçado.

Com diversos contratemplos no que tange a execução dos contratos de georreferenciamento, resultando num grande atraso, seguida das necessidades de reavaliação no formato da análise processual, bem como novas consultas externas sendo incluídas, e até mesmo, a situação irregular de matrículas de glebas públicas da União ainda não certificadas, foram grandes adversidades para um melhor resultado nesta ação.

A meta proposta a ser realizada em 2011, conta com a normalização destas adversidades e melhor rendimento na análise processual, contudo, dependerá do andamento dos trabalhos de georreferenciamento para termos todo este volume de processos em demanda.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	8380	A	3	Área c/processo impetrado (ha)	7.765	0	0	120.000

Fonte: LOA/Caderno de Metas PO 2010 Ajustado/Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
345.875,00	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado

Tabela 20 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 8380

***Apesar de programada, não houve trabalhos relativos à Retomada de Terras Públicas no âmbito da SR.**

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	8378	A	3	Área diagnosticada destinada (ha)	404.000	368.114,6000	91,12	96.000

Fonte: LOA/Caderno de Metas PO 2010 Ajustado/Relatório de Monitoramento/Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
1.350.000,00	242.741,76	235.093,64	96,84%	235.093,64	96,84%	230.593,64	94,99%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 21 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 8378

Em 2010, foram executados trabalhos de mobilização, campanhas de divulgação, audiências públicas e períodos de cadastramento de posses rurais para regularização fundiária pelo Programa Terra Legal em diversos municípios da jurisdição desta SR, dentre os quais destacamos: Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Bom Jesus do Tocantins, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Ourilândia do Norte, Nova Ipixuna, Rio Maria, Parauapebas, Piçarra, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Sapucaia, Tucumã e Xinguara/PA.

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0138	2272	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: LOA/2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
132.601,00	711.223,70	693.132,78	97,45%	693.132,78	97,45%	541.314,78	76,11%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 22 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2272 (Programa 0138)

Os recursos foram utilizados no deslocamento de servidores da Divisão para realizar trabalhos de identificação e localização de ocupantes de áreas dos Projetos de Assentamento Luciana e Tucumã, e prestar apoio aos serviços desenvolvidos na Gleba Carapanã, situada nos municípios de Tucumã e São Felix do Xingu/PA, como também em contatos com Prefeitos, Presidentes de Sindicatos e Associações de Trabalhadores Rurais dos municípios de Ourilândia do Norte, Tucumã e São Felix do Xingu/PA, para trabalhos de identificação fundiária. Outras despesas como a aquisição de combustível, passagens aéreas, locação de veículos e concessão de diárias, foram utilizadas em atividades ligadas a administração e execução do programa.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Daniel Maia.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Eulina Vale de Figueiredo

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 12TY – Reformas e Adaptações na Sede da Unidade Avançada do Incra em Conceição do Araguaia - PA

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0139	12TY	P	3	Prédio reformado (% exec)	-	-	0	-

Fonte: LOA/2010

Execução Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
890.000,00	890.000,00	855.291,99	96,10%	855.291,99	96,10%	0,00	0,00%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 23 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 12TY

O valor referente ao empenho emitido e liquidado nesta ação estão destinados mais especificamente a atender as despesas com as reformas e adaptações que serão feitas na sede da Unidade Avançada do INCRA em Conceição do Araguaia/PA. Tendo em vista o tempo decorrido nas fases de elaboração do Projeto Técnico pelo setor de engenharia da SR, o cumprimento do prazo do procedimento licitatório e a manifestação jurídica do termo contratual, provocou o retardamento do inicio da obra e nenhum percentual de execução física em 2010, ficando na perspectiva da mesma ser concluída no exercício seguinte. O procedimento licitatório para execução dos serviços da reforma predial se deu em dezembro/2010 e empenhado o valor de R\$ 855.291,99 (Oitocentos e cinqüenta e cinco mil, duzentos e noventa e um reais e noventa e nove centavos) em favor da empresa contratada Martenge Construtora e Engenharia Ltda, responsável pela execução da obra.

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	128	0139	4572	A	3	Servidor capacitado (unid)	129	91	71%	112

Fonte: LOA/Caderno de Metas PO 2010 Ajustado/Relatório de Monitoramento/Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadto		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
122.163,00	200.745,58	165.350,11	82,36%	165.350,11	82,36%	145.633,63	72,54%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 24 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 4572

Reforçando o que já vem sendo relatado nos anos anteriores, faz-se necessário um aumento substancial da força de trabalho desta Superintendência Regional, bem como de mão-de-obra terceirizada para prestação de serviços de apoio administrativo e estagiários.

Esta Superintendência Regional vem sofrendo uma redução muito acentuada no seu quadro funcional, por questões de abrangência nacional como a rotatividade dos servidores que passam em outros concursos públicos aspirando melhorias salariais, quantidade de servidores que estão em fase de aposentadoria e também por questões peculiares a esta Regional como o alto custo de bens de consumo e de locação de imóvel residencial, e a baixa qualidade de vida na Região do Sul do Pará, comprovado pelo alto número de pedidos de remoção, bem como a criação da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal que absorveu 26 (vinte e seis) servidores desta Regional.

Também se faz necessário o aumento qualitativo de servidores principalmente nos cargos de Analista e Técnico Administrativo, Contador, Engenheiro Civil e Topógrafos.

Em tempo, vale ressaltar que ano a ano o número de vagas para Estagiários, apesar de reiterados protestos ao INCRA Nacional vem sendo reduzido.

Considerando o exposto acima, verifica-se que o limitado quadro de recursos humanos que compõe a força de trabalho desta Regional, está prejudicando o cumprimento das metas

institucionais, colocando-a no ranking de desempenho em uma situação de desigualdade a nível nacional, o que vem sendo motivo de preocupação dos gestores local.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Salete das Graças Farias Ferreira **Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seu acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médica-psicologica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos – DOAMC

Coordenador nacional da ação: Gercino José da Silva Filho

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação: GAB/OAR

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: MDA/INCRA

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1120	2109	A	3	Família acampada assistida (und)	898	20.025	2.229%	-

Fonte:LOA/Caderno de Metas PO 2010 Ajustado/Relatório de Monitoramento

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadto		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
100.573,00	666.411,72	580.553,58	87,11%	580.553,58	87,11%	407.347,91	61,12%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 25 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2109

Na ação do programa, a Ouvidoria Agrária Regional da SR(27), aplicou os recursos descentralizados com a locação de veículos (camionetas) e aquisição de combustível, visando sua utilização na realização de diligencias para apuração de crimes ambientais, agrários e comuns em

vários municípios do Pará pela Delegacia Especializada de Conflitos Agrários de Marabá e Redenção; aquisição de lonas plásticas para distribuição entre famílias acampadas em nossa jurisdição; concessões de diárias a servidores para operacionalização do Programa com visitas em campo, participação em cursos e seminários, em operações policiais, aquisição, distribuição e controle de cestas básicas de alimentos em acampamentos da região de abrangência da SR. A execução física não foi registrada no quadro, por não ter sido estabelecida meta física por ocasião da elaboração da Programação Operacional de metas 2010 da SR, cuja decisão ficou centralizada no MDA/DOAMC. Ocorreu apenas descentralização de recursos para execução da ação, a cargo da Ouvidoria Agrária Regional, tendo sido realizado o atendimento no total de 20.025 famílias instaladas em acampamentos da região, envolvendo distribuição de cestas de gêneros alimentícios e outras formas de atendimento.

2.3.5.2 Ação 4284: Prevenção de Tensão Social no Campo

Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade

Finalidade: Prevenir e controlar possíveis situações de conflitos relativos às famílias acampadas, trabalhadores vulneráveis ao trabalho escravo ou vítimas do trabalho escravo, comunidades carentes, focos ou bolsões de pobreza no campo.

Descrição: Monitoramento e controle das possíveis situações de conflitos no campo, por meio de ações de assistência social e de resgate da cidadania, tais como : Fornecer alimentação.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos - DOAMC

Coordenador Nacional da ação: Gercino José da Silva Filho

Unidades executoras: Superintendência Regional

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação: GAB/OAR

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: MDA/INCRA

Execução Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
123.300,00	293.174,50	251.359,39	85,73%	251.359,39	85,73%	240.462,58	82,02%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 26 - Execução Orçamentário-financeira da Ação 4284

Ficou demonstrada no decorrer do exercício, uma considerável diminuição dos índices de violências envolvendo conflitos agrários, devido operações em conjunto com a DECA, IBAMA e INCRA custeados pela ação, devido trabalho proativo de orientação aos acampados feito pelos servidores lotados na Ouvidoria Agrária Regional. A execução física não foi registrada no quadro,

por não ter sido estabelecida meta física por ocasião da elaboração da Programação Operacional de metas 2010 da SR-27, cuja decisão ficou centralizada no MDA/DOAMC. Ocorreu apenas descentralização de recursos para execução da ação, a cargo da Ouvidoria Agrária em Marabá/PA.

2.3.5.3Ação 4300: Atendimento de Denúncias – Ouvidoria Agrária Nacional

Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade.

Finalidade: Atender, encaminhar e responder às denúncias relacionadas a tensões sociais no campo e a conflitos agrários.

Descrição: Recepção, triagem e distribuição das denúncias para análise e encaminhamento as autoridades competentes para apuração , promovendo monitoramento e controle dos respectivos andamentos , respondendo e comunicando com o interessado o resultado .

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos - DOAMC

Coordenador Nacional da ação: Gercino José da Silva Filho

Unidades executoras: Superintendência Regional

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação: GAB/OAR

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: MDA/INCRA

Execução Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
1.900,00	9.841,27	9.677,10	98,33%	9.677,10	98,33%	9.677,10	98,33%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 27 - Execução Orçamentário-financeira da Ação 4300

No ano de 2010, foram realizadas elaborações de relatórios de campo para subsidiar a Defensoria Pública, como a Procuradoria do INCRA em situações de litígios entre famílias de trabalhadores rurais. A execução física não foi registrada no quadro, pelo fato de não ter sido estabelecida meta física por ocasião da elaboração da Programação Operacional de metas 2010 da SR-27, cuja decisão ficou centralizada no MDA/DOAMC. Ocorreu apenas descentralização de recursos para execução da ação, a cargo da Ouvidoria Regional em Marabá.

2.3.5.4 Ação 4304: Mediação de Conflitos Agrários

Execução Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
46.518,00	86.408,33	80.031,77	92,62%	80.031,77	92,62%	80.031,77	92,62%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 28 - Execução Orçamentário-financeira da Ação 4304

Uma vez identificada uma situação crítica de conflito, foram mobilizados mediadores para a região em questão, e ao mesmo tempo foi feita uma análise das necessidades das famílias envolvidas no conflito, com apoio jurídico para solução dos problemas apresentados. A execução física não foi registrada no quadro, pelo fato de não ter sido estabelecida meta física por ocasião da elaboração da Programação Operacional de metas 2010 da SR-27, cuja decisão ficou centralizada no MDA/DOAMC. Ocorreu apenas descentralização de recursos para execução da ação, a cargo da Ouvidoria Regional em Marabá, onde foram atendidas despesas com diligências de equipes de Policiais Militares da Delegacia de Conflitos Agrários de Redenção – DECA, visando a prevenção de tensão social no campo e garantia da ordem pública, bem como apurar crimes decorrentes de conflitos agrários na região, entre eles ameaças de morte, tentativas de homicídios e milícia armada. Despesas com locação de veículos e fornecimento de combustível, a fim de atender a demanda da Ouvidoria Agrária Regional de Marabá, bem como as demandas decorrentes dos Acordos de Cooperação Técnica firmados com a Defensoria Pública do Estado do Pará e com a Delegacia de Conflitos Agrários de Redenção. Também ocorreram despesas com deslocamento do Ouvidor Agrário e Delegados Agrários de Marabá para participarem de reunião de trabalho em Brasília/DF.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Alexandre da Anunciação Reis

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	1336	1642	P	3	-	-	-	-	-

Fonte: LOA/2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago		
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	
-		18.800,00	11.180,66	59,47%	11.180,66	59,47%	6.180,66	32,87%

Fonte: Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 29 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 1642

Os recursos financeiros utilizados nesta ação, destinaram-se mais especificamente para atender despesas com pagamento de diárias e passagens aéreas em deslocamento de servidora desta SR, fim prestar apoio em levantamento de cadeia dominial de imóveis existentes na área de quilombos Kalunga, na Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária-DF em Brasília/DF.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
--	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Tabela 30 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 0859

*AÇÃO NÃO EXISTENTE NA SR.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Ana Maria Martins Barros

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as Superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 Superintendências Regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Tabela 31 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 4474

***AÇÃO NÃO PROGRAMADA EM 2010.**

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Tabela 32 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 6952

***AÇÃO NÃO PROGRAMADA EM 2010.**

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	1350	8370	A	3	Profissional formado (und)	190	0	0	260

Fonte:LOA/Caderno de Metas PO 2010 Ajustado/Relatório de Monitoramento/Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
744.331,00	179.358,28	179.358,28	100%	179.358,28	100%	0	0%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 Ajustado e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 33 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 8370

Foi programado em 2010, na Ação 8370-Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária 190 alunos, conforme detalhamento abaixo:

AÇÃO	CURSOS	FÍSICO	ORÇAMENTÁRIO R\$
8370	Letras	50	73.547,01
8370	Pedagogia	50	105.811,27
8370	Ensino Médio Profissionalizante	90	387.000,00
	TOTAL	190	566.358,28

Tabela 34 – Detalhamento da Ação 8370

Destes 03 (três) Cursos, foram efetuados empenhos para atender 100 alunos (Letras e Pedagogia), no valor de R\$ 179.358,28, conforme detalhamento abaixo:

AÇÃO	CURSOS	FÍSICO	ORÇAMENTÁRIO R\$
8370	Letras	50	73.547,01
8370	Pedagogia	50	105.811,27
	TOTAL	100	179.358,28

Tabela 35 – Detalhamento da Ação 8370 (2)

O Curso de Ensino Médio e Técnico Profissionalizante com ênfase em Agroecologia que seria para 90 (noventa) alunos, foi implantado através de Termo de Cooperação, porém os recursos tiveram que ser recolhidos para Brasília, pois neste caso não é descentralizado para a SR.

AÇÃO	CURSOS	FÍSICO	ORÇAMENTÁRIO R\$
8370	Ensino Médio Profissionalizante	90	387.000,00
	TOTAL	90	387.000,00

Tabela 36 – Detalhamento da Ação 8370 (3)

Nos últimos três anos, o PRONERA vêm sofrendo vários abalos na sua estrutura interna que acabaram desestruturando o Programa e os parceiros diretos (as Universidades que são as intervenientes e suas Fundações que são as Convenentes).]

O primeiro deles foi a proibição de pagamento de Bolsas aos professores com vínculo no serviço público. Também foi proibido o pagamento de Bolsa auxílio aos alunos. Mesmo os Cursos que já estavam em execução sofreram interferência disso por conta das inúmeras reuniões, debates e manifestações da Universidade e dos alunos, tentando reverter o problema, sem êxito.

Houve alternativa e muitas diligências foram feitas pelos professores para que se pagassem os alunos através do CNPq.

Logo depois veio orientação do TCU, que a execução do PRONERA se desse via Contrato, precedido de processo licitatório. Enquanto isso era desautorizado pelo Presidente do INCRA a implantação de novos Convênios.

Mesmo assim, não havia uma orientação sobre os Convênios antigos (em vigência). Não se sabia como ficariam. Assim, houve muita especulação atrapalhando o andamento dos mesmos.

Além do mais, alguns alunos passaram a evadir-se do Curso pois não tinham condições financeiras para se deslocar até a Universidade no tempo-escola sem nenhuma remuneração para isso.

Embora a decisão do TCU não se referisse aos convênios antigos, esta decisão de qualquer forma abalou os mesmos, pois as rubricas 3390.18 – Auxílio Financeiro à Estudante e a 3390.20 – Auxílio Financeiro à Pesquisador foram automaticamente extintas e tinham que ser tiradas dos Planos de Trabalho, assim todos os Planos de Trabalho dos Convênios antigos foram readequados à nova situação.

Os Cursos de Letras e Pedagogia (Convênios antigos) encontravam-se com as 8^a e 9^a parcelas de 2009, empenhadas em restos à pagar, ficaram para ser pagas em 2010, uma vez que a conveniente, por conta destes entraves acabou não conseguindo apresentar as prestações de contas nas datas previstas.

Foi criado outro instrumento o “TERMO DE COOPERAÇÃO”. Assim o Curso de Técnico em Agropecuária que seria implantado na SR passou a tramitar em Brasília e não seria mais Convênio e sim **Termo de Cooperação**, neste caso os recursos não são repassados para a SR e sim descentralizados diretamente do INCRA/BSB para a Instituição de Ensino, no caso a Escola Agrotécnica Federal de Marabá, hoje IFPA-Instituto Federal de Educação do Pará – Campus Rural de Marabá.

Foram feitos todos os trâmites legais para a celebração do referido Termo. No entanto, no final do ano de 2010 foi paga uma pequena parcela de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), porém este Termo foi Distratado, ou melhor, foi encerrado, em função da mudança substancial que houve na instituição educacional.

Assim, tivemos que abrir novo processo, e tramitar novamente a solicitação de celebração de novo Termo de Cooperação, agora não mais com a Escola Agrotécnica, mas sim com o Instituto Federal de Educação.

Em dezembro/2010, seria liberada a 1^a parcela de R\$ 74.000,00, porém o IFPA nem chegou a receber, o processo ainda se encontrava tramitando no Jurídico de Brasília, e ficamos aguardando o retorno do mesmo para as diligências posteriores.

Dessa forma, a meta prevista nesta ação, ficou prejudicada em razão dos motivos expostos pela asseguradora do Programa no âmbito da SR, podendo ser retomada a questão no próximo exercício, uma vez que este Programa é considerado prioritário na área rural.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1350	2272	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: LOA/2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
-	31.322,00	24.586,30	78,49%	24.586,30	78,49%	17.816,30	56,88%

Fonte: Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 37 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2272 (Programa 1350)

Diante dos fatos, além do acompanhamento normal dos Cursos, visitas aos alunos em suas áreas, viagens de monitoramento nos Projetos de Assentamento contemplados, foram necessárias inúmeras reuniões, viagens e discussões com os parceiros e muitas das viagens se deram em conjunto com as SR's do Pará (SR-01 e SR-30) em Belém/PA, envolvendo os asseguradores do Programa, Procuradores do INCRA, Procuradores da FADESP e da UFPA e os coordenadores dos Cursos programados.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Adoniram Sanches Peraci

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	606	1427	4470	A	3	Família assistida	19.936	21.402	107,35%	37.173

Fonte: LOA/Caderno de Metas PO 2010Ajustado/Relatório de Monitoramento/Capacidade Declarada 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadto		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
23.217.751,00	16.633.777,46	16.469.442,87	99,01%	16.469.442,87	99,01%	9.756.792,57	99,01%

Fonte: Caderno de Metas PO 2010 e Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 38 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 4470

O limite programado na PO/2010, foi de R\$ 23.217.751,00 (Vinte e três milhões, duzentos e dezessete mil e setecentos e cinquenta e um reais), tendo sido provisionado para a SR o valor de R\$ 16.633.777,46 (Dezesseis milhões, seiscentos e trinta e três mil, setecentos e setenta e sete reais e quarenta e seis centavos), em razão de corte verificado no orçamento da SR. O valor de R\$

16.469.442,87 (Dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e oitenta e sete centavos), ou seja, o correspondente a 99,01% da provisão recebida no exercício, foi empenhado em favor de empresas prestadoras de serviços, mediante contratação, objetivando a execução de assistência técnica, social e ambiental, assim como elaboração de PDA e PRA em Projetos de Assentamentos da jurisdição da SR. O valor de R\$ 9.756.792,57 (Nove milhões, setecentos e cinqüenta e seis mil e cinqüenta e sete reais), foram destinados a pagamentos por serviços executados de contratos firmados que possibilitou o correspondente a **17.340** famílias assistidas com ATES, provenientes de fiscalizações realizadas já ao final do exercício. Como trabalhos concluídos de exercícios anteriores, estamos registrando a elaboração de **486** PDA's/famílias e **3.576** PRA's/famílias. Ao final do exercício, em decorrência da falta de dotação orçamentária, foi suspensa a Chamada Pública para contratação de empresas credenciadas no ramo de assistência técnica em áreas de assentamentos rurais. Dessa forma, a meta de 2010 dessa ação ficou prejudicada, na perspectiva da formulação de uma nova Chamada Pública em 2011, com o objetivo de implementar programa de desenvolvimento sustentável no meio rural, mediante a elaboração dos planos de trabalho à vista do limite orçamentário aprovado na programação operacional para realização das contratações.

Os recursos empenhados e não pagos em 2010 ficaram inscritos em “Restos a Pagar” na perspectiva de serem liquidados no exercício seguinte, desde que obedecidas as formalidades legais inerentes à espécie.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1427	2272	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: LOA/2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
-	990.809,41	877.355,23	88,54%	877.355,23	88,54%	662.875,88	66,90%

Fonte: Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 39 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2272 (Programa 1427)

Do limite autorizado de R\$ 990.809,41 (Novecentos e noventa mil, oitocentos e nove reais e quarenta e um centavos), foram empenhados R\$ 877.355,23 (Oitocentos e setenta e sete mil, trezentos e cinqüenta e cinco reais e vinte e três centavos), ou seja, o correspondente a 88,54% do total provisionado. Os recursos pagos nesta ação, no valor de R\$ 662.875,88 (Seiscentos e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), foram utilizados mais especificamente no atendimento de despesas de suporte operacional no acompanhamento e fiscalização das ações do programa de ATER que compreenderam: concessões de diárias e passagens, material de consumo (combustível), locação de veículos e outros serviços de terceiros prestados por pessoa jurídica, para realizar o acompanhamento dos contratos remanescentes de exercícios anteriores e os firmados em 2010.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Eva Maria de Sousa Sardinha

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0750	2000	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: LOA/2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
2.200.000,00	3.613.240,96	3.001.813,37	87,63%	3.001.813,37	87,63%	2.630.601,62	72,80%

Fonte: Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 40 - Execução Física/Orçamentário-financeira da Ação 2000 (Programa 0750)

No exercício de 2010, foi autorizada a provisão de R\$ 3.613.240,96 (Dois milhões, seiscentos e treze mil, duzentos e quarenta reais e noventa e seis centavos), e empenhadas despesas no valor de R\$ 3.001.813,37 (Dois milhões, um mil, oitocentos e treze reais e trinta e sete centavos), para atender as demandas de natureza administrativa. O valor efetivamente pago de R\$ 2.630.601,62 (Dois milhões, seiscentos e trinta mil, seiscentos e um reais e sessenta e dois centavos) com despesas da ação, resultou numa aplicação financeira de 87,63% em relação ao valor empenhado. Os recursos descentralizados para esta ação, foram destinados mais precisamente para atender despesas de suporte operacional das atividades administrativas da SR, com pagamento de diárias e passagens aéreas a servidores da área administrativa, outros benefícios assistenciais, e destacando-se àquelas de maior peso no cômputo geral das despesas, ou seja, às que dizem respeito aos contratos de locação de mão-de-obra de prestação de serviços terceirizados nos setores de vigilância, limpeza e conservação predial, digitadores, telefonistas e copeiragem, além do custeio de serviços essenciais com energia elétrica, telefonia fixa e móvel (celular), e outras despesas de apoio às atividades administrativas na sede da SR e Unidades Avançadas. Com recursos desta ação, foram pagas despesas no valor de R\$ 43.286,85 (Quarenta e três mil, duzentos e oitenta e seis reais e oitenta e cinco centavos) para atender o setor de Tecnologia da Informação-TI com diárias e passagens, aquisição de material de processamento de dados, serviços de manutenção em equipamentos de informática das Unidades Avançadas e aquisição de equipamentos e material permanente. No intuito de melhor suprir as demandas necessárias em diversos setores da SR, foram adquiridos Mobiliário em geral, Scanners de mesa e Impressoras de documentos.

Quanto ao pagamento de proventos remuneratórios dos servidores da SR, o controle orçamentário e financeiro das despesas auferidas no exercício, fica centralizado no INCRA/Sede em Brasília/DF, e gerenciado pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento Humano subordinada a Diretoria de Gestão Administrativa-DA.

As despesas processadas e não pagas no exercício de 2010, em razão da falta de repasse financeiro, ficaram inscritas em “Restos a Pagar”, na perspectiva de serem liquidadas no exercício seguinte, de acordo cronograma de desembolso financeiro.

2.3.10 Programa 1433 – Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres

2.3.10.1 Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	125.338,00	89.489,02	71,39%	89.489,02	71,39%	79.345,02	63,30%

Fonte: Relatório SIAFI GERENCIAL/2010

Tabela 41 - Execução Orçamentário-financeira da Ação 8402 (Programa 1433)

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR, que tem por objetivo a implantação de um modelo de atendimento moderno e informatizado para atender a demanda nos municípios e localidades rurais, garantindo um atendimento com presteza, agilidade, cordialidade e profissionalismo e facilitando o acesso à trabalhadora rural, à unidade móvel prestadora de serviços do PNDTR nos Mutirões, disponibilizou serviços no Expresso Cidadã como:

Documentos Civis:

1. Emissão do Registro de Nascimento (RN)
2. Emissão gratuita da I Via da Carteira de Identidade (RG).
3. Emissão gratuita da II Via da Carteira de Identidade (RG).

Documentos Trabalhistas:

4. Emissão gratuita da I Via Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS),
5. Emissão gratuita da II Via Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS),
6. Emissão do registro no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)
7. Emissão gratuita do Cadastro de Pessoa Física (CPF)

Outros Serviços:

1. Emissão da Declaração de Aptidão para o Crédito do Pronaf (DAP)
2. Emissão do Bloco de Notas da Trabalhadora Rural.

O valor pago em 2010, de R\$ 79.345,02 (Setenta e nove mil, trezentos e quarenta e cinco reais e dois centavos), destinaram-se mais especificamente a cobrir despesas com os deslocamentos dos servidores que participaram dos Mutirões da Cidadania objetivando atender o cronograma de viagens estabelecido pela asseguradora do citado programa, em diversos municípios da área de atuação da SR. Como resultado dessa operação, foram atendidas em 2010 cerca de 4.718 pessoas, atingindo um total de 6.909 documentos expedidos, sendo 3.107 femininos e 3.802 masculinos.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
	99999	999999

Fonte:

Tabela 42 – Identificação das unidades orçamentárias

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.¹⁰

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
CRÉDITOS	LOA	Dotação proposta pela UO					
		PLOA					
		LOA					
		Suplementares					
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
	Outras Operações						
	Total		0	0	0	0	0

Fonte:

Tabela 43 – Programação de Despesas Correntes

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.¹¹

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		0	0	0	0	0	0

Tabela 44 – Programação de Despesas de Capital

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.¹²

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total		0	0	0	0	0	0	

Fonte:

Tabela 45 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
Movimentação Interna	Concedidos			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Recebidos					
	Concedidos					
Natureza da Movimentação de Crédito	Recebidos	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedidos			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Recebidos					
	Concedidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte:

Tabela 46 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NO PERÍODO

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		Valores em R\$ 1,00
	2009	2010	2009	2010	
Modalidade de Licitação	7.585.504,79	18.150.155,17	4.176.326,39	14.040.981,18	
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tomada de Preços	472.271,60	855.291,99	69.990,32	0,00	
Concorrência	0,00	11.328.237,03	0,00	9.736.961,73	
Pregão	7.113.233,19	5.966.626,15	4.106.336,07	4.304.019,45	
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratações Diretas	1.348.606,68	1.082.312,34			933.611,24
Dispensa	1.154.218,39	701.319,68	1.100.901,00	597.797,49	
Inexigibilidade	194.388,29	381.052,66	189.792,00	335.813,75	
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pagamento de Pessoal	3.320.428,96	3.125.913,80			3.125.913,80
Pagamento em Folha	6.250,47	13.501,92	6.250,47	13.501,92	
Diárias	2.314.178,49	3.112.411,88	2.314.178,49	3.112.411,88	
Outros	151.145.077,72	41.511.221,94	26.859.818,61	388.242,42	

Fonte:SIAFI/2009/2010

Tabela 47 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	6.250,47	13.501,92	6.250,47	13.501,92	0,00	0,00	6.250,47	13.501,92
08 – Outros Bem Assistenciais	6.250,47	13.501,92	6.250,47	13.501,92	0,00	0,00	6.250,47	13.501,92
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	10.795.876,66	27.071.337,53	10.795.876,66	27.071.337,53	3.228.781,81	8.820.781,22	7.554.893,04	18.249.976,31
14- Diárias – Pessoal Civil	2.314.178,49	3.112.411,88	2.314.178,49	3.112.411,88	0,00	0,00	2.312.968,89	3.112.411,88
30- Material de Consumo	968.878,58	1.103.277,14	968.878,58	1.103.277,14	71.869,81	154.849,21	896.804,02	948.427,93
33-Passagens e Despesas com Locomoção	1.442.770,80	2.146.518,71	1.442.770,80	2.146.518,71	378.407,32	792.529,03	1.064.363,48	1.353.989,68
36- Outros Serv.de Terc.–Pessoa Física	31.570,00	22.831,70	31.570,00	22.831,70	0,00	7.020,00	31.570,00	15.811,70
37-Locação de Mão- de -Obra	1.322.107,17	1.542.155,46	1.322.107,17	1.542.155,46	54.134,28	137.735,50	1.267.972,89	1.404.419,96
39-Outros Serv.Terc.Pessoa Física	4.351.742,74	13.606.553,69	4.351.742,74	13.606.553,69	2.389.929,60	2.331.402,36	1.961.025,68	11.274.571,33
41-Contribuições	332.286,56	5.278.683,28	332.286,56	5.278.683,28	332.286,56	5.278.683,28	0,00	0,00
47-Obrig.Trib.e Contrib-	2.247,00	10.295,62	2.247,00	10.295,62	0,00	3.185,50	2.247,00	7.110,12
92-Despesas de Exercicio Anteiores	2.154,24	207.196,34	2.154,24	207.196,34	2.154,24	113.576,34	0,00	93.620,00
93-Indenizações e Restituições	17.941,08	41.413,71	17.941,08	41.413,71	0,00	1.800,00	17.941,08	39.613,71

Fonte:SIAFI/2009/2010

Tabela 48 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Valores em R\$ 1,00							
	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	20.160.340,48	19.117.020,73	20.160.340,68	19.117.020,73	19.152.636,09	19.156.147,53		
39-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica	202.284,26	0,00	202.284,26	0,00	0,00	0,00	202.284,26	0,00
41-Contribuições	19.226.463,81	18.290.117,54	19.226.463,81	18.290.117,54	18.565.843,97	18.290.117,54	660.619,84	0,00
51-Obras e Instalações	472.271,60	855.291,99	472.271,60	855.291,98	402.281,28	855.291,99	69.990,32	0,00
52-Equip. e Mat.Permanentes	259.320,81	31.611,20	259.320,81	31.611,20	184.510,84	10.738,00	74.809,97	20.873,20
5 – Inversões Financeiras	131.447.150,54	17608.103,07	5.062.750,54	16.452.400,00	105.368.731,48	16.452.400,00	26.128.419,06	204.397,21
61-Aquisições de Imoveis	5.062.750,54	1.155.703,07	5.062.750,54	1.155.703,07	2.818.131,48	1.155.703,07	2.244.619,06	397,21
66-Concessao de Emprest.e Financ.	126.384.400,00	16.452.400,00	126.384.400,00	16.452.400,00	102.550.600,00	16.248.400,00	23.833.800,00	204.000,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:SIAFI/2009/2010

Tabela 49 – Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

2.4.2.4. Análise Crítica

Nada temos a comentar quanto a analise critica

2.4.3. Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100. (18.820.622 ha)	<input type="checkbox"/> Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. (18.820.622 ha) · Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br. (27.142.344,70 ha)	69,30%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN- INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. = 226 <input type="checkbox"/> Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. = 687	32,89%
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. = 18 <input type="checkbox"/> Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. = 1.841	0,98%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{ valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	<input type="checkbox"/> Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR.	1.319,99/ha
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício ^[5] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	150%
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais ^[6] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	3,65%
							<input type="checkbox"/> Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; <input type="checkbox"/> Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	0
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR <input type="checkbox"/> Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	0
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. <input type="checkbox"/> Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; <input type="checkbox"/> Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	107

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	39,79%

Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/ Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. 4500 · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR. 69.876	6,43%
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	<input type="checkbox"/> Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional / Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	45,5%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional / Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	Horas / funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	<input type="checkbox"/> número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	13,89 h/f
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência / Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> SIAFI e SICONV	354%
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema / Superintendência / Diretoria / Brasil.	Resultado	Ano	Percentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	

Tabela 50 – Indicadores Institucionais

[1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).

[2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.

[3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.

[4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.

[5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.

[6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

[8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).

[10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

Obs.: As orientações de preenchimento do quadro acima em algumas ações não ficaram bem claras e assimiladas pelos setores responsáveis de informar. Talvez por uma questão de entendimento conceitual na formulação do objeto e o resultado que se quer chegar. Pode ser que haja uma variação de região para região, que poderia ser melhor reavaliada juntamente com os órgãos de controle no próximo exercício, para facilitar o preenchimento das informações solicitadas.

3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

3.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

						Valores em R\$ 1,00
Identificação da Conta Contábil						
Código SIAFI		Denominação				
Linha Detalhe						
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010	
Razões e Justificativas:						

Fonte:

Tabela 51 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

NOTA: O quadro referente ao Item 3.1, que trata de informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, não se aplica.

3.2 Análise Crítica

Nada temos a comentar quanto a analise critica do item 3.2

4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados					Valores em R\$ 1,00
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010	
2009					
2008					
...					
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010	
2009	127.750.149,38	4.140.352,69	47.189.000,00	76.420.796,69	
2008	128.722.850,03	28.698.401,20	77.891.054,02	22.133.394,81	
Observações:					

Fonte:SIAFI/2009/2010

Tabela 52 – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

4.2 Análise Crítica

A situação de saldo restos a pagar não processados de exercício anteriores acumulados até 31/12/2010, não foi liquidado em decorrência da prorrogação do Decreto 7.057 de 29/12/2010, e cujos valores existentes, foi resultante da falta de recursos não disponibilizado a UG, para a efetivação do pagamento do saldo apresentado no quadro do item 4.1

5 Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

5.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	180	0	14
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	173	0	9
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	169	0	9
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	4	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	7	0	5
1.4.1 Cedidos	0	5	0	1
1.4.2 Removidos	0	0	0	4
1.4.3 Licença remunerada	0	1	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	1	0	0
2 Provimento de cargo em comissão	0	20	0	5
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	19	0	5
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	11	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4 Sem vínculo	0	7	0	5
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	1	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	1	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3 Total	0	200	0	19

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR – DEZ/10 E ESTRAÇÃO SIAPE fev/11.

Tabela 53 – Composição do Quadro de Recursos Humanos

5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)					TOTAL
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	17	24	35	71	33	180
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	17	22	35	68	31	173
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	2	0	3	2	7
2. Provimento de cargo em comissão	6	6	4	3	1	20
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	5	4	3	1	19
2.3. Funções gratificadas	0	1	0	0	0	1
TOTAL GERAL	23	30	39	74	34	200

Fonte: SIAPE FEV/11

Tabela 54 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária

5.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de cargo efetivo	0	1	7	16	91	65	0	0	0	180
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	1	7	16	87	62	0	0	0	173
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	4	3	0	0	0	7
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	1	0	2	17	0	0	0	20
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	1	0	2	16	0	0	0	19
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
TOTAL	0	1	8	16	93	82	0	0	0	200

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte:Extração SIAPE FEV/11. OBS: O nível de escolaridade informado corresponde à tabela de escolaridade do SIAPE.

Tabela 55 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade

5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	24	4
1.1 Voluntária	17	4
1.2 Compulsório	1	0
1.3 Invalidez Permanente	6	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	15	0
2.1 Voluntária	11	0
2.2 Compulsório	4	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
TOTAL GERAL	39	4

Fonte:Extração SIAPE FEV/11

Tabela 56 – Composição do Quadro de Servidores Inativos

5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	26	0
2. Proporcional	9	0
Total	35	0

Fonte:SIAPE FEV/11.

Tabela 57 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão

5.3 Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	11	11	11	11	R\$0,00
· Área Fim	5	5	5	5	R\$0,00
· Área Meio	6	6	6	6	R\$0,00
Nível Médio	15	15	15	16	R\$0,00
· Área Fim	6	6	6	7	R\$0,00
· Área Meio	9	9	9	9	R\$0,00
TOTAL	26	26	26	27	R\$122.377,48

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR Dez/10 e Extradicação SIAPE FEV/11 e Extração DW/2010. OBS: O custo do Exercício não esta discriminado por nível vez que a rubrica referente à bolsa é a mesma para nível Superior.

Tabela 58 – Composição do Quadro de Estagiários

5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos

5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	R\$11.132.908,57		R\$ 908.621,98	R\$308.254,67	1.050.327,83	R\$ 711.116,78	R\$6.416,22	R\$14.117.646,05
2009	R\$10.928.266,94		R\$966.050,84	R\$334.505,26	1.437.053,24	R\$588.423,62	R\$7.866,42	R\$14.262.166,32
2010	R\$9.623.507,32		R\$872.260,19	R\$263.079,98	1.860.338,75	R\$1.070.735,55	R\$13.450,36	R\$13.703.372,15
Servidores com Contratos Temporários								
2008								R\$0,00
2009								R\$0,00
2010								R\$0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008					R\$7.827,53			R\$7.827,53
2009					R\$14.622,87			R\$14.622,87
2010					R\$7.926,95			R\$7.926,95
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008		R\$445.275,42			81.312,24			R\$526.587,66
2009		R\$496.814,75			167.627,17			R\$664.441,92
2010		R\$483.633,47			222.141,82			R\$705.775,29

Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008		R\$4.831,80			2.270,17			R\$7.101,97
2009		R\$5.052,12			4.353,43			R\$9.405,55
2010		R\$4.911,78			6.204,84			R\$11.116,62

Fonte:Extração DW SIAPE dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) par terceiros, conforme especificado:

Tabela 59 – Quadro de Custos de Recursos Humanos

5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante												
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA												
UG/Gestão: 133080/37201 – INCRA /SR 27				CNPJ: 00.375.972/0081-45								
Informações sobre os contratos												
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Sit.			
						F	M	S				
						P	C	P	C			
2010	L	O	005/2010	63.807.812/0001-63	08.07.2010 07.07.2011	-	-	16	16	-	-	P
2009	V	O	031/2009	05.742.568/0001-00	17.12.2010 16.12.2011	-	-	30	30	-	-	P
Observação:-												
LEGENDA-												
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.												

Fonte:

Tabela 60 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA													
UG/Gestão:133080 / 37201 – INCRA / SR 27							CNPJ: 00.375.972 /0081-45						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados							Sit.
						F		M		S			
						Início	Fim	P	C	P	C	P	
2008	1	O	050/2008	07.270.170/0001-35	31.12.10	30.12.11	-	-	15	15	-	-	P
2010	1	O	006/2010	07.804.828/0001-41	19.08.10	18.08.11	-	-	03	03	-	-	P
2009	1	O	030/2009	63.807.812/0001-63	16.12.10	15.12.11	-	-	02	02	-	-	P
2010	1	O	009/2010	09.583.098/0001-21	31.12.10	30.12.11	-	-	02	02	-	-	P
2009	3	O	019/2009	03.673.452/0001-22	09.10.10	08.10.11	02	02	-	-	-	-	P
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copia e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

Tabela 61 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
005/2010	7	16	133080/37201 – INCRA SR 27
031/2009	8	30	133080/37201 – INCRA SR 27
050/2008	1	15	133080/37201 – INCRA SR 27
006/2010	1	03	133080/37201 – INCRA SR 27
030/2009	1	02	133080/37201 – INCRA SR 27
009/2010	1	02	133080/37201 - INCRA SR 27
019/2009	3	02	133080/37201 – INCRA SR 27

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
 3. Serviços de Copia e Cozinha;
 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
 5. Serviços de Brigada de Incêndio;
 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
 7. Higiene e Limpeza;
 8. Vigilância Ostensiva;
 9. Outras.

Tabela 62 – Distribuição do pessoal contratado

5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

O Serviço de Desenvolvimento Humano da UJ não vem desenvolvendo indicadores específicos no seu gerenciamento de trabalho, como forma de mensurar os objetivos e desempenho de seus servidores. As decisões normalmente são emanadas e ficam mais centralizadas à nível da Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos do INCRA em Brasília/DF.

6 Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ/INCRA/SR(27)									
CNPJ: 00.375.972/0081-45			UG/GESTÃO: 133080/37201						
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência	Sit.	
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
							Início	Fim	
1	653046	PM ITUPIRANGA	2.262.855,00	107.755,00	718.366,66	2.155.100,00	30Dez2008	23Dez2010	1
1	636784	PM PARAUAPEBAS	2.209.125,47	220.912,54	596.463,88	1.391.749,05	10Dez2008	03Fev2011	1
1	653045	PM ELDORADO DO CARAJAS	1.200.000,00	210.526,31	1.200.000,00	4.000.000,00	30Dez2008	22Mar2011	1
1	599823	SETRAN	17.122.917,02	1.712.291,70	900.000,00	13.136.819,10	26Dez2007	26Dez2010	1
1	538720	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP	809.007,20	73.537,10	147.094,02	661.873,09	28Dez2005	26Jun2011	1

		FUNDAÇÃO DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP			185.192,54					
1	538762		874.979,10	100.000,00		669.167,83	28Dez2005	26Jun2011	1	
1	704593/2009	PM SANTA MARIA DAS BARREIRAS	1.368.493,91	68.424,70	957.461,73	957.461,73	13Nov2009	02Abr2011	1	
1	704741/2009	PM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	1.264.990,58	63.249,53	250.000,00	250.000,00	29Out2009	31Mai2011	1	
1	704740/2009	PM OURILÂNDIA DO NORTE	757.063,95	37.853,20	257.704,85	257.704,85	26Out2009	26Mar2011	1	
1	704742/2009	PM PARAUAPEBAS	1.294.775,84	294.775,84	1.196.463,88	1.196.463,88	30Out2009	02Jun2011	1	
1	704743/2009	PM SÃO FELIX DO XINGU	2.758.388,95	137.919,45	200.000,00	200.000,00	31Dez2009	24Jun2011	1	
1	704739/2009	PM TUCUMÃ	1.641.375,54	82.068,78	200.000,00	200.000,00	30Out2009	22Jun2011	1	
1	704957/2009	PM PALESTINA DO PARÁ	421.303,18	21.303,18	0,00	0,00	30Dez2009	25Jun2011	1	
1	704973/2009	PM SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	526.315,77	26.315,77	200.000,00	200.000,00	03Nov2009	28Mar2011	1	
1	704970/2009	PM RIO MARIA	851.196,09	42.559,80	279.993,18	279.993,18	30Out2009	23Abr2011	1	
1	704958/2009	PM XINGUARA	540.164,79	27.008,24	273.136,79	273.136,79	29Out2009	22Mar2011	1	
1	706018/2009	PM JACUNDA	1.576.050,82	76.050,82	529.832,11	1.058.109,22	29Out2009	22Mar2011	1	
1	706016/2009	PM CUMARU DO NORTE	1.052.631,58	52.631,58	200.000,00	200.000,00	29Out2009	22Mar2011	1	
1	705720/2009	PM PARAUAPEBAS	1.493.487,80	493.487,80	400.000,00	400.000,00	30Out2009	02Jun2011	1	
1	706021/2009	PM BREU BRANCO	180.520,40	9.026,02	68.908,18	68.908,18	28Dez2009	11Mai2011	1	
1	706020/2009	PM BREU BRANCO	343.368,82	17.168,44	123.029,84	255.372,57	12Nov2009	06Mai2011	1	
1	708950/2009	PM FLORESTA DO ARAGUAIA	789.473,68	39.473,68	0,00	0,00	30Dez2009	25Jun2011	1	
1	709222/2009	PM AGUA AZUL DO NORTE	1.219.568,56	60.978,43	200.000,00	200.000,00	24Dez2009	08Jun2011	1	
1	708918/2009	PM BANNACH	736.842,10	36.842,10	280.000,00	280.000,00	30Dez2009	26Abr2011	1	
1	705721/2009	PM RONDON DO PARA	1.058.474,48	58.474,48	0,00	0,00	30Dez2009	23Jun2011	1	
1	737506/2010	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	1.147.099,73	45.883,99	0,00	0,00	27Dez2010	24Jun2011	1	

		OURILÂNDIA DO NORTE								
1	737593/2010		1.110.917,95	44.436,72	0,00	0,00	30Dez2010	27Jun2011	1	
	753679/2010	ITUPIRANGA	2.103.363,88	103.363,88	0,00	0,00	30Dez2010	30Dez2011	1	
1	752292/2010	SÃO FELIX DO XINGU	3.175.911,04	175.911,04	0,00	0,00	29Dez2010	25Ago2011	1	
1	737585/2010	SÃO FELIX DO XINGU	760.703,35	60.856,26	0,00	0,00	30Dez2010	27Jun2011	1	
1	737594/2010	TUCUMÃ	704.304,22	28.172,16	0,00	0,00	30Dez2010	27Jun2011	1	
1	743948/2010	TUCUMÃ	1.045.524,80	41.820,98	0,00	0,00	30Dez2010	27Jun2011	1	
1	737592/2010	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	520.833,33	20.833,33	0,00	0,00	30Dez2010	27Jun2011	1	
1	737685/2010	SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	625.000,00	25.000,00	0,00	0,00	30Dez2010	27Jun2011	1	
1	753685/2010	SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	625.000,00	25.000,00	0,00	0,00	30Dez2010	30Dez2011	1	
11	737617/2010	ELDORADO DO CARAJAS	515.533,85	15.533,85	0,00	0,00	24Dez2010	01Jun2011	1	
1	737689/2010	ELDORADO DO CARAJAS	515.016,61	15.016,61	0,00	0,00	21Dez2010	22Mai2011	1	
1	737589/2010	CUMARÚ DO NORTE	1.184.380,21	1.184.380,21	0,00	0,00	30Dez2010	27Jun2011	1	
1	737591/2010	BREU BRANCO	546.901,02	27.345,05	0,00	0,00	30Dez2010	30Dez2011	1	
1	739440/2010	BREU BRANCO	875.700,00	41.700,00	0,00	0,00	20Dez2010	30Dez2011	1	
1	741485/2010	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	739.198,21	29.567,93	0,00	0,00	30Dez2010	30Dez2011	1	

1	743940/2010	FLORESTA DO ARAGUAIA	781.584,37	31.263,37	0,00	0,00	30Dez2010	27Jun2011	1
1	737590/2010	PAU D'ARCO	616.906,61	24.676,26	0,00	0,00	30 Dez2010	24Dez2011	

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio
 2 - Contrato de Repasse
 3 - Termo de Parceria
 4 - Termo de Cooperação
 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente
 2 - Inadimplente
 3 - Inadimplência Suspensa
 4 - Concluído
 5 - Excluído
 6 - Rescindido
 7 - Arquivado

Fonte:

Tabela 63 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO SUL DO PARA -SR27						
CNPJ: 00.375.972/0081-45			UG/GESTÃO: 133080/37201			
Modalidade			Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício		Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)	
			2008	2009	2010	
Convênio			17	21	20	61.112.932,05
Contrato de Repasse						18.224.111,37
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais			17	21	20	61.112.932,05
						18.224.111,37
						6.189.245,53

Fonte: SIAFI

Tabela 64 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

6.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ/INCRA/SR(27)					
CNPJ: 00.375.972/0081-45		UG/GESTÃO:133080/37201			
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	44	56.275.269,34	20.745.010,42	35.530.258,92	36,86%
Contrato de Repasse	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Termo de Parceria	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Termo de Cooperação	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Termo de Compromisso	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Totais	44	56.275.269,34	20.745.010,42	35.530.258,92	36,86%

Fonte: SIAFI

Tabela 65 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

6.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ/INCRA/SR(27)				
CNPJ: 00.375.972/0081-45		UG/GESTÃO: 133080/37201		
Exercício da prestação de contas		Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)
		Ainda no prazo de prestação de contas		Convênios
		Quantidade	Montante Repassado	Contratos de Repasse
2010	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	16
			Montante Repassado (R\$)	3.999.456,15(SICONV)
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	48
			Montante Repassado (R\$)	38.149.887,01
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	11
			Montante Repassado (R\$)	9.393.246,77
2009	Contas prestadas	Contas prestadas	Quantidade	53
			Montante Repassado (R\$)	41.694.288,40
	Contas NÃO prestadas	Contas NÃO prestadas	Quantidade	31
			Montante Repassado (R\$)	25.646.024,67
2008	Contas prestadas	Contas prestadas	Quantidade	72
			Montante Repassado (R\$)	58.892.495,01
	Contas NÃO prestadas	Contas NÃO prestadas	Quantidade	44

		Montante Repassado (R\$)	30.852.559,44	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	70	
Anteriores a 2008		Montante Repassado (R\$)	41.655.575,57	

Fonte: SIAFI

Tabela 66 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

6.1.5 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ/INCRA/SR(27)					
CNPJ: 00.375.972/0081-45		UG/GESTÃO: 133080/37201			
Exercício da prestação de contas		Instrumentos			
		Convênios	Contratos de Repasse		
2010		Quantidade de contas prestadas	48		
2010	Com prazo de análise ainda não vencido	Comprado	Quantidade	0	
			Montante repassado (R\$)	38.149.887,01	
		Contas analisadas	Quantidade Aprovada	37	
	Com prazo de análise vencido		Quantidade Reprovada	01	
			Quantidade de TCE	01	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	10		
		Montante repassado (R\$)	3.072.042,45		
2009		Quantidade de contas prestadas	53		
2009	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	35		
		Quantidade Reprovada	12		
		Quantidade de TCE	12		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	06		
		Montante repassado (R\$)	-0-		
2008		Quantidade de contas prestadas	72		
2008	Contas	Quantidade Aprovada	62		

	analisadas	Quantidade Reprovada	10	
		Quantidade de TCE	04	
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-0-	
		Montante repassado		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-0-	
		Montante repassado	-0-	

Fonte: SIAFI

Tabela 67 – Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

6.1.6 Análise Crítica

No exercício 2010 foi formada uma comissão para proceder a análise de prestação de contas dos convênios que estavam em situação de A Comprovar e A Aprovar. Após os trabalhos desta comissão, verificou-se a redução significativa da demanda de processos a terem suas prestações de contas analisadas.

Com a implantação do Sistema do Governo Federal SICONV as análises das prestações de contas ficaram mais ágeis, entretanto com o atraso na liberação de parcelas dos convênios não foi possível concluir nenhuma prestação de contas.

No exercício de 2011, esta Superintendência buscará implantar métodos visando reduzir o passivo de convênios que se encontram nas situações de A Comprovar e A Aprovar.

Algumas das informações requeridas do Quadro 6.1.5, deixaram de ser preenchidos em razão da exigüidade de tempo para levantamento das informações, aliadas a carência de servidores qualificados nos setores.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que os registros dos convênios firmados e outros instrumentos congêneres, no exercício de 2010 estão atualizados nos Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais-SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos e Termo de Parceria-SICONV, conforme estabelece o art.19 de Lei 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Marabá/PA, 18 de março de 2011

Manoel de Vasconcelos Castilho
Técnico em Contabilidade
Chefe dos Serviços de Contabilidade
INCRA/SR(27)

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

Em cumprimento ao disposto no capítulo III, título II, da Instrução Normativa/TCU/Nº47, de 27/10/2004, DECLARO que os agentes responsáveis e seus substitutos, integrantes do Rol de Responsáveis desta Superintendência, que atuaram em 1º de Janeiro a 31 de Dezembro do Exercício Financeiro de 2010 que tratam as contas, estão em dia com as exigências de apresentação de Declaração de Bens e Rendas, na forma da Lei 8.730, de 10/11/1993.

Marabá (PA), 18 de março de 2011

Doracy de Aquino Soares

Chefe Substituta de Serviço de Desenvolvimento Humano

INCRA/SR-27

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais:					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Tabela 68 – Estruturas de Controles Internos

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		X			
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				X	
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel reciclado					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Recarga de tonner					X
· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Recarga de tonner					

9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X		
<i>Considerações Gerais:</i>				
<u>LEGENDA</u>				
Níveis de Avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

Tabela 69 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF-PARA	8	8
	0486-MARABÁ -	2	2
	0561-TUCURUI	4	4
	0619-SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	1	1
	0453-CONCEICAO DO ARAGUAIA	2	2
	0545-SÃO FELIX DO XINGU	1	1
Subtotal Brasil		8	8
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		8	8

Fonte:SPIUNET/
2009/2010

Tabela 70 – Distribuição espacial dos bens imóveis

11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	0	0
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município “n”	0	0
	UF “n”	0	0
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município “n”	0	0
Subtotal Brasil		0	0
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		0	0

Fonte:SPIUNETE

Tabela 71 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

O Quadro A.11.1.2, denominado Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros, não existem no âmbito de responsabilidade da Superintendência Regional do Sul do Pará, no exercício de 2009 e 2010 nem no Brasil nem no Exterior.

11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
133080	0483.00181500-6	15	BOM	3080	05/03/01	315.140,63		
133080	0483.00182.500-1	15	RUIM		05/03/01	291.204,26		
133081	0561.00013.500--7	15	BOM	11172		148.468,08		
133081	0561.00014.500-7	15	BOM	6512,62		58..341,98		
133081	0561.00015.500-7	15	BOM	12533,11		247.52,41		
133081	0561.00016.500-7	15	BOM	6882,98		18.708,60		
133082	0619.00032.500-6	15	BOM	38,14		125.804,14		
133083	0453.00148.500-4	15	BOM	16329,6		183.215,76		
133083	0453.00154.500-7	15	BOM	22176		162.728,15		
373063	0545.00015.500-6	15	BOM	180		238.860,00		
Total								

Fonte:SPUNET/2009/2010

Tabela 72 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ

11.1.4 Análise crítica:

Em decorrência de não haver servidor com perfis para pesquisa avançada no SPIUNETE em outras UG's, ficou impossibilitado acrescentar datas de avaliação do item 1.1.1.3, das UG's 133081, 133082, 133083 e 373063.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decide sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					X
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica				X	

de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X	
Considerações Gerais: A disponibilidade de técnicos atuando no setor de informática é suficiente para atender a demanda da SR, apesar de não contarmos com a figura do Analista de Sistemas considerada de suma importância no desenvolvimento dos programas e sistemas aplicáveis a modernização tecnológica da instituição. Dada a constante necessidade de absorver os avanços e aprimorar conhecimentos na área de tecnologia da informação, vejo que o nível de capacitação e atualização profissional técnica dos servidores de TI desta Regional é considerado deficiente e precisaria de uma maior atenção da Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação-DET neste quesito. A elaboração de um plano de capacitação e qualificação profissional nessa área seria interessante nesse momento, como forma de incentivo e motivação ao trabalho.				
LEGENDA				
Níveis de avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.				

Tabela 73 – Gestão de TI da UJ

Gestão de Tecnologia da Informação

O Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI, é responsável pelas atividades relacionadas à elaboração, planejamento, supervisão, execução e avaliação da política de Tecnologia de Informação, auxiliando na gestão administrativa. O NTI está vinculado a Assessoria de Planejamento da Superintendência.

Dando continuidade a proposta de trabalho de 2009, para organizar e melhorar o gerenciamento e padronização dos registros de chamados técnicos de manutenção de equipamentos de informática intensificou-se a utilização do sistema de suporte ao usuário. O sistema gera ao final de cada mês relatórios que mostram os níveis de problemas mais comuns e seus respectivos usuários, relacionados a Tecnologia da Informação. Os números de Atendimentos feitos pelos técnicos do NTI são computados a fim de identificar os meses com maior demanda, conforme mostra o gráfico abaixo:

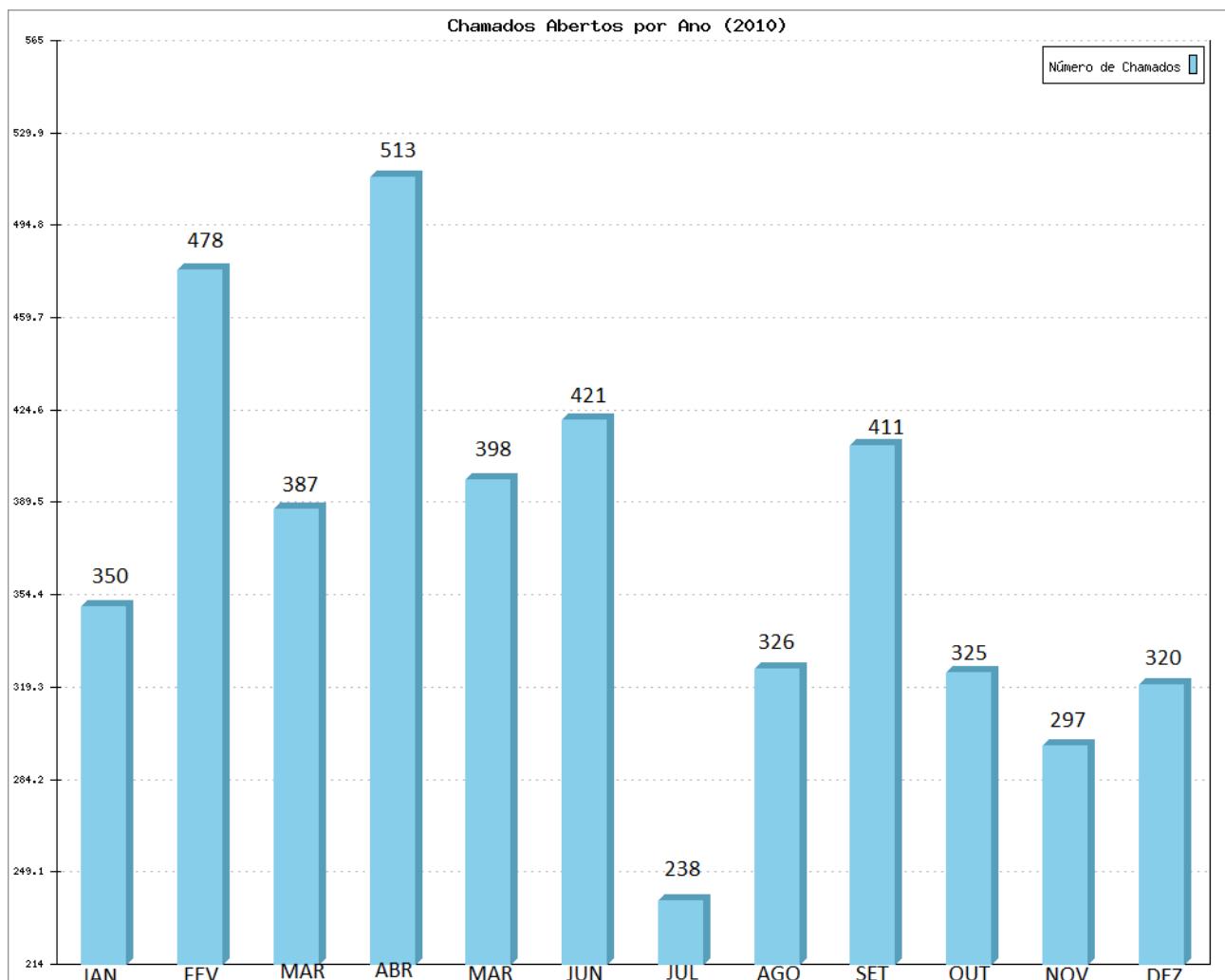


Figura 2 – Chamados abertos (Atendimento TI)

O contrato com a empresa M. Da Silva Rodrigues & Cia Ltda. foi finalizado em Agosto de 2010 objetivando realizar nova licitação com o intuito de agilizar a manutenção dos equipamentos de informática com o fornecimento automático de peças. Notou-se que a grande impasse no conserto de computadores e impressoras esbarrava na dificuldade de encontrar peças por parte da instituição, o que ocasionava uma demora maior para repor esses equipamentos em operacionalidade. No entanto, ao final de Dezembro de 2010, apesar dos entraves licitatórios, foi possível formalizar novo contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva em equipamentos de informática na sede da SR, incluindo fornecimento de peças, firmado com a empresa Clarim Tecnologia e Serviços Ltda.

Vale destacar novamente a importância dos contratos de fornecimento de Internet nas Unidades Avançadas de Conceição do Araguaia, Tucuruí, São Félix do Xingu e São Geraldo do Araguaia. É através da internet que essas Unidades conseguem acessar os sistemas internos proporcionado por um programa chamado VPN (software de conexão de redes).

Foi criado um módulo de monitoramento de acesso que registra o momento em que cada usuário acessa um determinado site. O conjunto de relatórios e gráficos gerados permite acompanhar picos de acesso dos usuários, sistemas, módulos e programas mais acessados, etc. Análise das informações gerenciais obtidas pelo monitoramento dos acessos possibilita verificar os fluxos de acessos aos diversos sistemas, o que proporcionará uma melhor gestão dos processos na área de TI.

No âmbito do desenvolvimento de sistemas podemos destacar a criação do sistema de veículos, cuja finalidade é controlar o fluxo de veículos, bem como a manutenção e os abastecimentos dos mesmos. Uma idéia que surgiu na Divisão de Administração da Regional e foi desenvolvida pelos servidores do NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação da Superintendência.

A Superintendência Regional foi premiada com equipamentos de ponta para realizar vídeos conferências com a Sede em Brasília e as demais regionais espalhadas pelo país. A Vídeo conferencia só é possível devido a organização estrutural da rede de computadores, que fornece meios para a realização da mesma. Essa idéia ajudou a reduzir gastos com Diárias e Passagens de servidores que se deslocavam para outras localidades com a finalidade de participar de reuniões.

A aquisição de um servidor DELL1900 permitiu a criação de um módulo de armazenamento de arquivos de usuários da rede da Regional. Um simples compartilhamento de informações, objetivando ter maior controle sobre arquivos indispensáveis para o bom funcionamento das atividades do INCRA. Este servidor ajudou a mapear unidades e espaços para cada usuário a fim de que estes possam guardar informações e ou arquivos sem se preocupar em perdê-los.

Para melhorar e dinamizar ainda mais o desenvolvimento dos serviços, é necessário o investimento de recursos na instalação do sistema de Rede Sem Fio Wireless na sede da SR, cuja solicitação vem sendo feita anualmente sem êxito. Como também, passamos pela necessidade de substituição de alguns computadores que se encontram obsoletos e de recuperação onerosa e anti-econômica para o órgão.

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

No exercício de 2010, não houve utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal em razão do Banco do Brasil até o presente momento não ter disponibilizado para esta Regional os cartões a ele solicitados.

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					
Código SIORG					
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Tabela 74 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

. Não há informações a serem prestadas pelo gestor.

15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Tabela 75 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

. Não há informações a serem prestadas pelo gestor.

15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Descrição da Recomendação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Tabela 76 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

. Não há informações a serem prestadas pelo gestor.

15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:			Código SIORG		
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG		
Descrição da Recomendação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Tabela 77 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

. Não há informações a serem prestadas pelo gestor.

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Observação: Ficou impossibilitado de comentar sobre o item 16, por não ter sido apresentado planilha por parte do Gabinete da SR(27).

17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

A Superintendência Regional do INCRA em Marabá/PA, no ato do desempenho de gestão dos Programas/Ações de sua competência, apesar dos percalços enfrentados numa região predominante de altos índices de conflitos agrários pela posse e uso da terra, vem respondendo eficazmente com os recursos que são disponibilizados para atender o programa de reforma agrária nas regiões Sul e Sudeste do Estado do Pará. O plano de ação estabelecido vem expressando uma visão ampliada de reforma agrária que pretende mudar a estrutura agrária regional, o que implica na adoção de procedimentos regulamentares para obtenção de terras que não cumprem sua função social, democratização do acesso à terra, desconcentrando a estrutura da propriedade rural por meio da garantia do Crédito, Infraestrutura Básica, Assistência Técnica, Social e Ambiental, Políticas de Comercialização, Agroindustrialização, Geração de Renda e Garantia dos Direitos Humanos.

A programação operacional anual vem sendo configurada e executada numa concepção de atender as ações dentro dos municípios que integram o Programa Territórios da Cidadania e fora deles. O relatório de execução das ações do programa são divulgadas no Portal da Cidadania.

O trabalho de destaque e reconhecimento pela sociedade local e regional, vem sendo desenvolvido no âmbito do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, como garantia do direito de cidadania às comunidades rurais, intermediada por um conjunto de políticas públicas que se mobilizam através dos Mutirões que estão se realizando anualmente, coordenado pelo setor de educação do campo da SR. A título de registro, informamos que no período de 2004 a 2010, foram atendidas 35.782 pessoas pelo Programa na área de jurisdição da SR27, que abrange as regiões Sul e Sudeste do Pará, sendo que 22.941 foram mulheres e 23.282 homens, atingindo um total de 46.223 documentos civis, trabalhistas e outros tipos expedidos.

A pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos, Produção e Renda, realizada no decorrer do ano de 2010 perante um universo de assentamentos de reforma agrária de todo o país, organizou um conjunto de indicadores e dados sobre o desenvolvimento dos assentamentos de todos os estados brasileiros referentes a aspectos sócio-econômicos, institucionais, ambientais, dentre outros.

A referida pesquisa realizou-se por determinação da Presidência do INCRA, através da Portaria nº 72, de 23 de fevereiro de 2010 e nos termos do MEMO/INCRA/D/Nº90/2010.

A pesquisa foi coordenada e executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e contou com a assessoria técnica de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

A pesquisa visou dotar o INCRA de um conjunto de dados, traduzíveis em um conjunto de indicadores, que permita à instituição um conhecimento sistemático e confiável no campo de suas atribuições, possibilitando ao longo do tempo, que esta aferição sirvam ao planejamento das políticas e ações institucionais em prol do desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária.

A pesquisa também objetivou a “prestação de contas” das ações e resultados decorrentes da política de reforma agrária no Brasil ao conjunto da sociedade brasileira, ao parlamento e aos órgãos encarregados do acompanhamento das políticas públicas.

A Superintendência Regional do Sul do Pará - SR(27) foi responsável pela realização da pesquisa em projetos de assentamentos da sua área de abrangência, segundo metodologia de amostragem descrita pela referida Portaria.

Foram pesquisados dados de 571 (quinhentos e setenta e um) famílias assentadas beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, escolhidas aleatoriamente, através da aplicação de um questionário desenvolvido pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do INCRA e UFRGS. A Superintendência Regional do Sul do Pará através da Ordem de Serviço/INCRA/SR-27/G/Nº14/2010, designou 34 (trinta e quatro) servidores, da sede da SR, bem como de suas Unidades Avançadas, para coordenação e realização da pesquisa sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos elencados. As equipes de pesquisadores foram apoiadas por 15 viaturas disponibilizadas pelo INCRA local, para execução dos trabalhos de campo.

A Superintendência dedicou grande empenho para cumprimento do calendário proposto pela Portaria 72/2010. Os trabalhos demandaram grande dificuldade para realização da pesquisa em função do período chuvoso na região amazônica nos primeiros meses do ano, estradas quase que intrafegáveis, grandes distâncias das localidades selecionadas na pesquisa, locais de difícil acesso e identificação da família selecionada, mas não impediram que as entrevistas fossem executadas.

O lançamento de dados (digitação) realizaram-se na Sede da SR(27) por servidores do INCRA membros do grupo de trabalho e por técnicos terceirizados, durante os meses de maio e junho de 2010, quando foi disponibilizado o sistema de formulário WEB para inserção de dados coletados em campo.

Enfim, todo esse grande trabalho realizado pelo INCRA resultou na publicação da Pesquisa sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda no sitio eletrônico do INCRA (www.incra.gov.br) e em Jornal do INCRA nº 02 de Dezembro de 2010 (publicação especial de Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ SR27	133080
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços, Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações da Variações Patrimonial, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), referente ao exercício de 2010, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Superintendência Regional que apresenta contas, exceto no tocante:</p> <p>a) Ativo Imobilizado, na conta Patrimonial de Bens Moveis, com a classificação contábil 142129000-Bens em Processo de localização e 142129100 – Bens Moveis a Alienar registram os valores relativos aos bens não localizado no processo de inventario, e aos bens moveis que, por algum motivo foram destinado à alienação, portanto, os valores aritméticos entre o patrimônio e a contabilidade estão com seus saldo conciliados, de acordo com o processo administrativo nº54600.00.3650/2010-57 referente ao levantamento físico apresentado ao Serviço de Contabilidade da SR27</p> <p>b) Compensações Ativas Diversas, convenio firmados, registro dos valores de convênios para saída de recursos firmados com outras entidades com a finalidade de atingir objetivos comuns nos termos descritos no instrumento. No exercício 2010 foi formada uma comissão para proceder analise de prestação de contas dos convênios que estavam em situação de a comprovar e a aprovar. Após os trabalhos desta comissão, verificou-se a redução significativa da demanda de processos a terem suas prestações de contas analisadas.</p> <p>Com SICONV a analise das prestações de contas ficaram mais ágeis, entretanto com o atraso na liberação de parcelas dos convênios não foi concluído nenhuma prestação de contas.</p>	

c) A conta 212.16.02.02- NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR, conterá os saldos remanescentes de Restos a Pagar do exercício anterior não cancelado pela UG, POR MEIO DA TRANSAÇÃO >NE, caso isso não ocorra, serão baixados automaticamente pelo sistema por meio de evento. Cabe registrar que os saldo remanescentes de Restos a Pagar do exercício de 2007, 2008, 2009, não foram cancelado pela UG considerando que o Decreto 7.057, de 29 de dezembro de 2009, prorrogou sua validade, acumulando os saldo na conta 295.11.0100- RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR, pelo encerramento do exercício, portanto, fatos ocorridos, que vem acontecendo, que certamente causa desequilíbrio nas contas orçamentárias, financeiras e no resultado do Balanço Patrimonial da UG, vê-se que as despesas forma consolidadas na inscrição de empenho em restos a pagar não processados, de acordo com a classificação dos sub-itens correspondente a Natureza de Despesas dos respectivos empenhos. Portanto, se os empenhos provenientes da inscrição de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar forem cancelados no exercício seguinte, a qual será a realidades do Balanço Financeiro, vez que as despesas foram consolidadas no exercício em que foram inscritos.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Marabá – PA	Data	14/03/2011
Contador Responsável	Manoel de Vasconcelos Castilho	CRC nº	2989/PA

Tabela 78 – Declaração do Contador com Ressalva

19. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO	MES
SUBTITULO	133080/37201 - SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E		2010	DEZ(FECHADO)
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		EMISSAO	PAGINA
				09/03/2011 1
INGRESSOS			DISPENSOS	
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010
RECEITAS CORRENTES	186.665,74	5.504.886,56	DESPESAS CORRENTES	25.302.087,89
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	186.665,74	5.504.886,56	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.501,92
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	18.395.233,99	17.500.386,63	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.202.465,62
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	15.419.041,99	16.234.701,61	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	5.099.325,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	15.419.041,99	16.054.056,20	OUTRAS DESPESAS	20.103.140,62
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	15.419.041,99	16.054.056,20	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	9.295.994,42
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	180.645,41	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	86.120,35
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	2.976.192,00	1.265.685,02	DESPESAS DE CAPITAL	36.767.704,80
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	2.976.192,00	1.265.685,02	INVESTIMENTOS	19.159.601,73
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	2.976.192,00	1.264.685,02	INVERSOES FINANCEIRAS	17.608.103,07
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	0,00	1.000,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	3.135.021,48
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	469.198.311,81	460.624.065,13	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	9.153.292,53
VALORES EM CIRCULACAO	167.802.447,74	128.143.073,66	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	3.135.021,48
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	167.802.447,74	128.143.073,66	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	2.948.355,74
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	158.871.530,46	186.409.013,27	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.598.446,18
RESTOS A PAGAR	158.871.530,46	186.404.997,83	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	1.349.909,56
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	143.703.410,73	168.734.363,67	DISPENSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	186.665,74
CANCELADO	15.168.119,73	17.670.634,16	VALORES EM CIRCULACAO	422.575.397,37
VALORES EM TRANSITO	0,00	3.395,94	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	142.767.703,79
OUTROS DEBITOS	0,00	619,50	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	168.738.379,11
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	142.524.333,61	146.071.978,20	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	128.722.876,38
INCORPORACAO DE DIREITOS	142.524.333,61	146.071.949,85	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	168.734.363,67
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	142.524.333,61	146.071.949,85	VALORES DIFERIDOS	128.722.850,03
DESCINCPORACAO DE OBRIGACOES	0,00	28,35	VALORES EM TRANSITO	0,00
EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	28,35	OUTROS DEBITOS	180.645,41
			AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	0,00
			BAIXA DE DIREITOS	111.069.314,47
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	16.881.933,11
INGRESSOS	487.780.211,54	483.629.338,32	DISPENSOS	487.780.211,54
				483.629.338,32

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO	MES
SUBTITULO	133080/37201 - SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E		2010	DEZ(FECHADO)
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		EMISSAO	PAGINA
				09/03/2011 1
ATIVO			PASSIVO	
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010
ATIVO FINANCEIRO	142.767.703,79	167.802.447,74	PASSIVO FINANCEIRO	143.703.410,73
CREDITOS EM CIRCULACAO	142.767.703,79	167.802.447,74	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	143.703.410,73
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	243.370,18	21.730.497,89	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	142.524.333,61	146.071.949,85	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	619,50
ATIVO NAO FINANCEIRO	783.865.032,22	735.398.818,82	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	74.865.614,39	-82.415.754,17	A LIQUIDAR	143.703.410,73
CREDITOS EM CIRCULACAO	+122.897.287,45	-130.425.448,65	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	0,00
RECURSOS A RECEBER /PAGTO DE RP-RETIFIC	+142.524.333,61	+146.071.949,85	PASSIVO NAO FINANCEIRO	+143.703.410,73
DIVERSOS RESPONSAVEIS	14.346.359,64	14.985.881,36	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	+143.703.410,73
ADIANTEMENTOS CONCEDIDOS	5.280.686,52	660.619,84	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	+143.703.410,73
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	48.031.673,06	48.009.694,48	PASSIVO REAL	0,00
ESTOQUES	42.503,86	20.525,28	PATRIMONIO LÍQUIDO	926.632.736,01
TITULOS E VALORES	47.989.169,20	47.889.169,20	PATRIMONIO/CAPITAL	903.197.251,12
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	844.859.752,24	805.720.152,24	PATRIMONIO	768.471.406,82
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	844.859.752,24	805.720.152,24	RESULTADO DO PERIODO	903.197.251,12
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	531.868.231,52	492.728.631,52	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	23.435.484,89
CREDITOS A RECEBER	312.991.520,72	312.991.520,72	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	926.632.736,01
PERMANENTE	13.870.894,37	12.094.420,75		903.197.251,12
IMOBILIZADO	13.870.894,37	12.094.420,75	PASSIVO	768.471.406,82
BENS MOVEIS E IMOVEIS	13.884.785,04	12.094.420,75		903.197.251,12
DEPRECIAOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-13.890,67	0,00		768.471.406,82
ATIVO REAL	926.632.736,01	903.201.266,56		
ATIVO COMPENSADO	147.438.245,80	141.875.395,58	PASSIVO COMPENSADO	147.438.245,80
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	147.438.245,80	141.875.395,58	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	141.875.395,58
GARANTIAS DE VALORES	283.777,71	283.777,71	VALORES EM GARANTIA	283.777,71
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	111.271.188,38	118.572.225,61	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	111.271.188,38
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	6.477.343,93	7.998.239,89	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	6.477.343,93
OUTRAS COMPENSACOES	29.405.935,78	15.021.152,37	COMPENSACOES DIVERSAS	29.405.935,78
ATIVO	1.074.070.981,81	1.045.076.662,14	PASSIVO	1.074.070.981,81
				1.045.076.662,14

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133080/37201 - SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 09/03/2011	PAGINA 1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
ORCAMENTARIAS	61.604.237,69	176.740.107,27	ORCAMENTARIAS	62.069.792,69	160.888.141,15
RECEITAS CORRENTES	186.665,74	5.504.866,56	DESPESAS CORRENTES	25.302.087,89	9.332.999,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	186.665,74	5.504.866,56	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.501,92	6.250,47
INTERFERENCIAS ATIVAS	15.419.041,99	16.234.701,61	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.202.465,62	9.295.994,42
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	15.419.041,99	16.234.701,61	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	86.120,35	30.754,24
SUB-REPASSE RECEBIDO	15.419.041,99	16.054.056,20	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	86.120,35	30.754,24
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	180.645,41	DESPESAS DE CAPITAL	36.767.704,80	151.555.142,02
MUTACOES ATIVAS	45.998.529,96	155.000.519,10	INVESTIMENTOS	19.159.601,73	20.107.991,48
INCORPORACOES DE ATIVOS	836.127,70	27.264.237,23	INVERSOES FINANCEIRAS	17.608.103,07	131.447.150,54
AQUISICOES DE BENS	632.127,70	2.769.817,39	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	340.482.295,04	262.366.334,07
INCORPORACAO DE CREDITOS	204.000,00	24.494.419,84	INTERFERENCIAS PASSIVAS	3.441.322,53	9.172.551,99
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	45.162.402,26	127.736.281,87	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	306.301,05	19.259,46
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	364.383.334,93	381.240.212,25	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.948.355,74	3.648.405,97
INTERFERENCIAS ATIVAS	4.262.563,32	48.357.245,05	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	186.665,74	5.504.866,56
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.286.371,32	47.091.560,03	DECRESCIOS PATRIMONIAIS	337.040.972,51	253.193.782,08
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.976.192,00	1.265.685,02	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	266.833.726,64	165.469.013,85
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	360.120.771,61	332.882.967,20	BAIXA DE BENS IMOVEIS	2.643.047,45	2.244.650,73
INCORPORACOES DE ATIVOS	344.952.651,88	315.212.304,69	BAIXA DE BENS MOVEIS	735.490,44	237.534,70
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	3.407.033,18	1.448.054,30	BAIXA DE DIREITOS	263.455.188,75	162.986.828,42
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	171.649,61	205.589,59	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	13.890,67	0,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	341.373.969,09	313.558.660,80	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	13.890,67	0,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	15.168.119,73	17.670.662,51	INCORPORACAO DE PASSIVOS	70.193.355,20	87.724.768,23
DEFICIT			RESULTADO PATRIMONIAL	23.435.484,89	134.725.844,30
			SUPERAVIT	23.435.484,89	134.725.844,30
VARIACOES ATIVAS	425.987.572,62	557.980.319,52	VARIACOES PASSIVAS	425.987.572,62	557.980.319,52

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133080/37201 - SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 09/03/2011	PAGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTA	0,00	0,00	61.972.181,03	-61.972.181,03
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	25.204.476,23	-25.204.476,23
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	0,00	13.501,92	-13.501,92
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	25.190.974,31	-25.190.974,31
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	36.767.704,80	-36.767.704,80
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	19.159.601,73	-19.159.601,73
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	17.608.103,07	-17.608.103,07
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	61.972.181,03	-61.972.181,03

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133080/37201 - SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 09/03/2011	PAGINA 2

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					MOVIMENTACAO DE CREDITO				
					CREDITO INICIAIS/SUPLEMENTA	0,00	63.102.469,30	97.611,66	63.004.857,64
					DESPESAS CORRENTES	0,00	25.866.315,65	97.611,66	25.768.703,99
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	13.501,96	0,00	13.501,96
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	25.852.813,69	97.611,66	25.755.202,03
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	37.236.153,65	0,00	37.236.153,65
					INVESTIMENTOS	0,00	19.628.050,58	0,00	19.628.050,58
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	17.608.103,07	0,00	17.608.103,07
SUBTOTAL II					SUBTOTAL II	0,00	63.102.469,30	97.611,66	63.004.857,64
MOVIMENTACAO FINANCEIRA									
SUB-REPASSE	62.984.017,51	62.984.017,51	15.419.041,99	47.564.975,52					
TOTAL	62.984.017,51	62.984.017,51	15.419.041,99	47.564.975,52	TOTAL	0,00	63.102.469,30	62.069.792,69	1.032.676,61
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	46.650.750,70	-46.650.750,70	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	62.984.017,51	62.984.017,51	62.069.792,69	914.224,82	TOTAL GERAL	0,00	63.102.469,30	62.069.792,69	1.032.676,61

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133083/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTERO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 10/03/2011	PAGINA 1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	673.481,92	651.330,19	DESPESSAS CORRENTES	784.284,35	611.439,31
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	0,00	29.403,63	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	784.284,35	611.439,31
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	29.403,63	OUTRAS DESPESAS	784.284,35	611.439,31
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	673.481,92	621.926,56	DESPESSAS DE CAPITAL	8.069,00	20.386,00
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	673.481,92	621.926,56	INVESTIMENTOS	8.069,00	20.386,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	673.481,92	621.926,56	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	11.192,00	29.404,49
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.154.062,72	1.361.731,03	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	11.192,00	29.404,49
VALORES EM CIRCULACAO	444.878,56	473.615,97	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	11.192,00	29.404,49
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	444.878,56	473.615,97	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	11.192,00	14.572,26
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	135.884,23	444.878,56	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	0,00	14.832,23
FORNECEDORES	4.131,75	4.131,75	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.023.999,29	1.351.831,42
DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.131,75	4.131,75	VALORES EM CIRCULACAO	135.884,23	444.878,56
RESTOS A PAGAR	130.399,87	394,20	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	135.884,23	444.878,56
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	130.399,87	394,20	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	29.403,63
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	0,00	439.000,00	VALORES DIFERIDOS	0,00	29.403,63
EM CONTRATOS	0,00	439.000,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	444.878,56	444.211,48
OUTROS DEBITOS	1.352,61	1.352,61	FORNECEDORES	4.131,75	4.131,75
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	573.299,93	443.236,50	DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.131,75	4.131,75
INCORPORACAO DE DIREITOS	134.299,93	443.236,50	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	394,20	0,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	134.299,93	443.236,50	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	439.000,00	439.000,00
DESCINCPORACAO DE OBRIGACOES	439.000,00	0,00	EM CONTRATOS	439.000,00	439.000,00
EXERCICIOS ANTERIORES	439.000,00	0,00	OUTROS DEBITOS	1.352,61	1.079,73
			AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	443.236,50	433.337,75
			BAIXA DE DIREITOS	443.236,50	433.337,75
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	443.236,50	433.337,75
INGRESSOS	1.827.544,64	2.013.061,22	DISPENDIOS	1.827.544,64	2.013.061,22

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133083/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTERO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 10/03/2011	PAGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
ATIVO FINANCEIRO	135.884,23	444.878,56	PASSIVO FINANCEIRO	135.884,23	444.878,56
CREDITOS EM CIRCULACAO	135.884,23	444.878,56	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	135.884,23	444.878,56
LIMITE DE SAQUE C/VINC. DE PAGAMENTO	1.584,30	1.642,06	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	5.484,36	5.484,36
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	134.299,93	443.236,50	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	4.131,75	4.131,75
ATIVO NAO FINANCEIRO	48.022.387,27	47.617.324,93	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.352,61	1.352,61
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-134.299,93	-443.236,50	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	130.399,87	394,20
CREDITOS EM CIRCULACAO	-134.299,93	-443.236,50	A LIQUIDAR	130.399,87	394,20
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-134.299,93	-443.236,50	CREDORES DIVERSOS	0,00	439.000,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	47.156.950,51	47.156.950,51	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-130.399,87	-394,20
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	47.156.950,51	47.156.950,51	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-130.399,87	-394,20
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	47.156.950,51	47.156.950,51	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-130.399,87	-394,20
PERMANENTE	999.736,69	903.610,92	PASSIVO REAL	5.484,36	444.484,36
IMOBILIZADO	999.736,69	903.610,92	PATRIMONIO LIQUIDO	48.152.787,14	47.617.719,13
BENS MOVEIS E IMOVEIS	999.736,69	903.610,92	PATRIMONIO/CAPITAL	47.617.719,13	47.606.126,07
ATIVO REAL	48.158.271,50	48.062.203,49	PATRIMONIO	47.617.719,13	47.606.126,07
ATIVO COMPENSADO	0,00	647,32	RESULTADO DO PERIODO	535.068,01	11.593,06
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	0,00	647,32	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	48.152.787,14	48.062.203,49
OUTRAS COMPENSACOES	0,00	647,32	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	+47.623.203,49	+48.050.610,43
ATIVO	48.158.271,50	48.062.850,81	PASSIVO COMPENSADO	0,00	647,32
			COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	0,00	647,32
			PASSIVO	48.158.271,50	48.062.850,81

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133083/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTERO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 10/03/2011	PAGINA 1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
ORCAMENTARIAS	273.606,86	214.070,47	ORCAMENTARIAS	792.353,35	631.825,31
INTERFERENCIAS ATIVAS	0,00	29.403,63	DESPESAS CORRENTES	784.284,35	611.439,31
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	29.403,63	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	784.284,35	611.439,31
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	29.403,63	DESPESAS DE CAPITAL	8.069,00	20.386,00
MUTACOES ATIVAS	273.606,86	184.666,84	INVESTIMENTOS	8.069,00	20.386,00
INCORPORACOES DE ATIVOS	143.601,19	184.272,64	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	819.946,17	1.071.356,38
AQUISICOES DE BENS	143.601,19	184.272,64	INTERFERENCIAS PASSIVAS	106.162,55	30.895,49
DESINCOPORACAO DE PASSIVOS	130.005,67	394,20	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	94.970,55	1.491,00
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	1.873.760,67	1.500.704,28	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	11.192,00	29.404,49
INTERFERENCIAS ATIVAS	857.224,24	624.130,03	DECRESIMOS PATRIMONIAIS	713.783,62	1.040.460,89
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	183.742,32	2.203,47	DESINCOPORACOES DE ATIVOS	713.783,62	1.040.460,89
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	673.481,92	621.926,56	BAIXA DE BENS MOVEIS	136.247,19	163.886,64
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	1.016.536,43	876.574,25	BAIXA DE DIREITOS	577.536,43	876.574,25
INCORPORACOES DE ATIVOS	577.536,43	876.574,25	RESULTADO PATRIMONIAL	535.068,01	11.593,06
INCOPORACAO DE DIREITOS	577.536,43	876.574,25	SUPERAVIT	535.068,01	11.593,06
DESINCOPORACAO DE PASSIVOS	439.000,00	0,00			
DEFICIT					
VARIACOES ATIVAS	2.147.367,53	1.714.774,75	VARIACOES PASSIVAS	2.147.367,53	1.714.774,75

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	MES
SUBTITULO	133083/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	2010	DEZ(FECHADO)
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	EMISSAO	PAGINA

RECEITA					EXPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTA	0,00	0,00	792.353,35	+792.353,35
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	784.284,35	-784.284,35
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	784.284,35	-784.284,35
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	8.069,00	-8.069,00
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	8.069,00	-8.069,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	792.353,35	-792.353,35

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	MES
SUBTITULO	133083/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	2010	DEZ(FECHADO)
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	EMISSAO	PAGINA

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					MOVIMENTACAO DE CREDITO				
					CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	795.249,52	0,00	795.249,52
					DESPESAS CORRENTES	0,00	786.826,72	0,00	786.826,72
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	786.826,72	0,00	786.826,72
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	8.422,80	0,00	8.422,80
					INVESTIMENTOS	0,00	8.422,80	0,00	8.422,80
SUBTOTAL II					SUBTOTAL II	0,00	795.249,52	0,00	795.249,52
MOVIMENTACAO FINANCEIRA									
SUB-REPASSE	795.249,52	795.249,52	0,00	795.249,52					
TOTAL	795.249,52	795.249,52	0,00	795.249,52	TOTAL	0,00	795.249,52	792.353,35	2.896,17
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	792.353,35	+792.353,35	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	795.249,52	795.249,52	792.353,35	2.896,17	TOTAL GERAL	0,00	795.249,52	792.353,35	2.896,17

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	MES
SUBTITULO	133082/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA	2010	DEZ(FECHADO)
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	EMISSAO	PAGINA

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
RECEITAS CORRENTES	0,00	12,10	DESPESAS CORRENTES	289.937,64	239.623,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	12,10	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	289.937,64	239.623,57
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	270.970,89	239.510,37	OUTRAS DESPESAS	289.937,64	239.623,57
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	3.775,23	18.510,37	DESPESAS DE CAPITAL	4.590,00	7.998,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.775,23	18.510,37	INVESTIMENTOS	4.590,00	7.998,00
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	267.195,66	221.000,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	847,95	4.212,99
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	267.195,66	221.000,00	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	847,95	3.775,23
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	267.195,66	221.000,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	847,95	3.775,23
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	87.511,13	52.482,36	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	437,76
VALORES EM CIRCULACAO	16.880,25	23.290,02	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	0,00	425,66
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	16.880,25	23.290,02	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	0,00	373,30
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	847,95	3.775,23	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	0,00	52,36
VALORES DIFERIDOS	847,95	3.775,23	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	0,00	12,10
DEPOSITOS	0,00	9,25	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	63.106,43	40.170,27
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	9,25	VALORES EM CIRCULACAO	33.914,09	16.880,25
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	33.066,14	13.095,77	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	33.914,09	16.880,25
FORNECEDORES	580,00	488,04	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.775,23	18.510,37
DO EXERCICIO	580,00	0,00	VALORES DIFERIDOS	3.775,23	18.510,37
DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	488,04	DEPOSITOS	9,25	0,00
RESTOS A PAGAR	31.169,92	11.290,51	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	9,25	0,00
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	31.169,92	11.290,51	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	13.095,77	4.779,65
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.000,00	1.000,00	FORNECEDORES	488,04	488,04
OUTROS DEBITOS	317,22	317,22	DE EXERCICIOS ANTERIORES	488,04	488,04
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	36.716,79	12.312,09	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	11.290,51	3.291,61
INCORPORACAO DE DIREITOS	33.739,50	12.312,09	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.000,00	1.000,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	33.739,50	12.312,09	OUTROS DEBITOS	317,22	0,00
DESCORPORACAO DE OBRIGACOES	2.977,29	0,00	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	12.312,09	0,00
EXERCICIOS ANTERIORES	2.977,29	0,00	BAIXA DE DIREITOS	12.312,09	0,00
INGRESSOS	358.482,02	292.004,83	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	12.312,09	0,00
			DISPENDIOS	358.482,02	292.004,83

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	133082/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA	EMISSÃO 10/03/2011	PAGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
ATIVO FINANCEIRO	33.914,09	16.880,25	PASSIVO FINANCEIRO	33.914,09	16.880,25
CREDITOS EM CIRCULACAO	33.914,09	16.880,25	DEPOSITOS	0,00	9,25
LIMITE DE SAQUE C/VINC DE PAGAMENTO	174,59	4.568,16	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	9,25
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	33.739,50	12.312,09	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	33.066,14	13.095,77
ATIVO NAO FINANCEIRO	19.132.544,89	19.107.077,30	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	897,22	805,26
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-9.270,32	12.157,09	FORNECEDORES • DO EXERCICIO	580,00	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-33.739,50	-12.312,09	FORNECEDORES • DE EXERC. ANTERIORES	0,00	488,04
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-33.739,50	-12.312,09	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	317,22	317,22
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	24.469,18	24.469,18	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	31.168,92	11.290,51
ESTOQUES	24.469,18	24.469,18	A LIQUIDAR	31.168,92	11.290,51
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	18.469.575,00	18.469.575,00	CREDORES DIVERSOS	1.000,00	1.000,00
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	18.469.575,00	18.469.575,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	847,95	3.775,23
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	18.469.575,00	18.469.575,00	VALORES DIFERIDOS	847,95	3.775,23
PERMANENTE	672.240,21	625.345,21	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-31.168,92	-11.290,51
IMOBILIZADO	672.240,21	625.345,21	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-31.168,92	-11.290,51
BENS MOVEIS E IMOVEIS	672.494,52	625.345,21	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADAS A LIQUID	-31.168,92	-11.290,51
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-254,31	0,00	PASSIVO REAL	2.745,17	5.589,74
ATIVO REAL	19.166.458,98	19.123.957,55	PATRIMONIO LIQUIDO	19.163.713,81	19.114.367,81
			PATRIMONIO/CAPITAL	19.118.367,81	19.114.683,00
			PATRIMONIO	19.118.367,81	19.114.683,00
			RESULTADO DO PERIODO	45.346,00	3.684,81
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	19.166.458,98	19.123.957,55
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-19.121.112,98	-19.120.272,74
ATIVO COMPENSADO	25.391,99	25.390,53	PASSIVO COMPENSADO	25.391,99	25.390,53
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	25.391,99	25.390,53	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	25.391,99	25.390,53
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	25.391,99	25.390,53	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	25.391,99	25.390,53
ATIVO	19.191.850,97	19.149.348,08	PASSIVO	19.191.850,97	19.149.348,08

TITULO	Demonstracao das Variacoes Patrimoniais - Todos os Orçamentos	EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	133082/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA	EMISSAO 10/03/2011	PAGINA 1
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
ORCAMENTARIAS	102.212,40	94.017,35	ORCAMENTARIAS	295.375,59	251.396,80
RECEITAS CORRENTES	0,00	12,10	DESPESAS CORRENTES	289.937,64	239.623,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	12,10	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	289.937,64	239.623,57
INTERFERENCIAS ATIVAS	3.775,23	18.510,37	DESPESAS DE CAPITAL	4.590,00	7.998,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	3.775,23	18.510,37	INVESTIMENTOS	4.590,00	7.998,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.775,23	18.510,37	INTERFERENCIAS PASSIVAS	847,95	3.775,23
MUTACOES ATIVAS	98.437,17	75.494,88	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	847,95	3.775,23
INCORPORACOES DE ATIVOS	78.558,76	67.495,98	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	847,95	3.775,23
AQUISICOES DE BENS	78.558,76	67.495,98	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	214.105,41	73.738,83
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	19.879,41	7.998,90	INTERFERENCIAS PASSIVAS	46.228,57	1.928,76
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	452.614,60	234.803,09	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	46.228,57	1.491,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	393.702,11	222.491,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00	425,66
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	126.506,45	1.491,00	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	0,00	12,10
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	267.195,66	221.000,00	DECRESIMOS PATRIMONIAIS	167.876,84	71.810,07
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	58.912,49	12.312,09	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	167.622,53	71.810,07
INCORPORACOES DE ATIVOS	47.937,20	12.312,09	BAIXA DE BENS MOVEIS	121.570,94	59.497,98
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	1.885,61	0,00	BAIXA DE DIREITOS	46.051,59	12.312,09
INCORPORACAO DE DIREITOS	46.051,59	12.312,09	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	254,31	0,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	2.977,29	0,00	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	254,31	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	7.998,00	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	45.346,00	3.684,81
AJUSTES NAO FINANCEIROS	7.998,00	0,00	SUPERAVIT	45.346,00	3.684,81
DEFICIT			VARIACOES ATIVAS	554.827,00	328.820,44
			VARIACOES PASSIVAS	554.827,00	328.820,44

TITULO	BALANCO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	133082/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE SAO GERALDO DO ARAUJAIA		
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	EMISSAO 10/03/2011	PAGINA 1

RECEITA					EXPESA			
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADCACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTO DESPESAS CORRENTES OUTRAS DESPESAS CORREN DESPESAS DE CAPITAL INVESTIMENTOS	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	294.527,64 289.937,64 289.937,64 -4.590,00 -4.590,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	294.527,64

TITULO	BALANCO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	133082/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	EMISSÃO 10/03/2011	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESAS
					MOVIMENTACAO DE CREDITO CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA DESPESAS CORRENTES	0,00 0,00	294.812,56 290.166,90	0,00 0,00	294.812,56 290.166,90
					OUTRAS DESPESAS CORRE DESPESAS DE CAPITAL	0,00 0,00	290.166,90 4.645,66	0,00 0,00	290.166,90 4.645,66
					INVESTIMENTOS	0,00	4.645,66	0,00	4.645,66
SUBTOTAL II					SUBTOTAL II	0,00	294.812,56	0,00	294.812,56
MOVIMENTACAO FINANCEIRAS SUS-REPASSE	294.812,56	294.812,56	2.927,28	291.885,28					
TOTAL	294.812,56	294.812,56	2.927,28	291.885,28	TOTAL	0,00	294.812,56	294.527,64	284,92
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	291.600,36	+291.600,36	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	294.812,56	294.812,56	294.527,64	284,92	TOTAL GERAL	0,00	294.812,56	294.527,64	284,92

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133081/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 10/03/2011	PAGINA 1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	421.422,27	453.095,36	DESPESAS CORRENTES	474.291,19	374.801,77
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	27.055,27	59.432,56	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	474.291,19	374.801,77
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	27.055,27	59.432,56	OUTRAS DESPESAS	474.291,19	374.801,77
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	394.367,00	393.662,80	DESPESAS DE CAPITAL	4.760,00	8.000,00
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	394.367,00	393.662,80	INVESTIMENTOS	4.760,00	8.000,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	394.367,00	392.662,80	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	7.000,00	70.293,59
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	0,00	1.000,00	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	0,00	27.055,27
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	159.455,97	90.019,11	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	0,00	27.055,27
VALORES EM CIRCULACAO	28.820,91	61.198,20	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	7.000,00	43.238,32
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	28.820,91	61.198,20	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	7.000,00	43.238,32
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	27.055,27	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	7.000,00	25.639,46
VALORES DIFERIDOS	0,00	27.055,27	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	0,00	17.598,86
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	66.006,14	1.765,64	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	94.827,05	90.019,11
FORNECEDORES	264,64	264,64	VALORES EM CIRCULACAO	66.006,14	28.820,91
DE EXERCICIOS ANTERIORES	264,64	264,64	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	66.006,14	28.820,91
RESTOS A PAGAR	65.741,50	1.501,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	27.055,27	59.432,56
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	65.741,50	1.501,00	VALORES DIFERIDOS	27.055,27	59.432,56
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	64.628,92	0,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.765,64	1.765,64
INCORPORACAO DE DIREITOS	64.628,92	0,00	FORNECEDORES	264,64	264,64
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	64.628,92	0,00	DE EXERCICIOS ANTERIORES	264,64	264,64
INGRESSOS	580.878,24	543.114,47	R/P'S NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	1.501,00	1.501,00
			DISPENDIOS	580.878,24	543.114,47

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133081/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 10/03/2011	PAGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
ATIVO FINANCEIRO	56.006,14	28.820,91	PASSIVO FINANCEIRO	66.006,14	28.820,91
CREDITOS EM CIRCULACAO	66.006,14	28.820,91	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	66.006,14	1.765,64
LIMITE DE SAQUE C/VINC. DE PAGAMENTO	1.377,22	28.820,91	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	264,64	264,64
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	64.628,92	0,00	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	264,64	264,64
ATIVO NAO FINANCEIRO	49.184.240,99	49.373.218,12	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	65.741,50	1.501,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-63.299,34	8.014,21	A LIQUIDAR	65.741,50	1.501,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-64.628,92	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	27.055,27
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-64.628,92	0,00	VALORES DIFERIDOS	0,00	27.055,27
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	1.329,58	8.014,21	PASSIVO NAO FINANCEIRO	65.741,50	-1.501,00
ESTOQUES	1.329,58	8.014,21	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	65.741,50	-1.501,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	48.425.285,59	48.425.285,59	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	65.741,50	-1.501,00
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	48.425.285,59	48.425.285,59	PASSIVO REAL	264,64	27.319,91
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	48.425.285,59	48.425.285,59	PATRIMONIO LIQUIDO	49.249.982,49	49.374.719,12
PERMANENTE	822.254,74	939.918,32	PATRIMONIO/CAPITAL	49.374.719,12	49.346.002,50
IMOBILIZADO	822.254,74	939.918,32	PATRIMONIO	49.374.719,12	49.346.002,50
BENS MOVEIS E IMOVEIS	822.254,74	939.918,32	RESULTADO DO PERIODO	-124.736,63	28.716,62
ATIVO REAL	49.250.247,13	49.402.039,03	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	49.250.247,13	49.402.039,03
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-49.374.983,76	+49.373.322,41
ATIVO COMPENSADO	11.711,44	11.340,81	PASSIVO COMPENSADO	11.711,44	11.340,81
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	11.711,44	11.340,81	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	11.711,44	11.340,81
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	11.711,44	10.456,40	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	11.711,44	10.456,40
OUTRAS COMPENSACOES	0,00	884,41	COMPENSACOES DIVERSAS	0,00	884,41
ATIVO	49.261.958,57	49.413.379,84	PASSIVO	49.261.958,57	49.413.379,84

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133081/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 10/03/2011	PAGINA 1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
ORCAMENTARIAS	147.470,65	133.744,31	ORCAMENTARIAS	479.051,19	409.857,04
INTERFERENCIAS ATIVAS	27.055,27	59.432,56	DESPESAS CORRENTES	474.291,19	374.801,77
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	27.055,27	59.432,56	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	474.291,19	374.801,77
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	27.055,27	59.432,56	DESPESAS DE CAPITAL	4.760,00	8.000,00
MUTACOES ATIVAS	120.415,38	74.311,75	INVESTIMENTOS	4.760,00	8.000,00
INCORPORACOES DE ATIVOS	56.174,88	74.311,75	INTERFERENCIAS PASSIVAS	0,00	27.055,27
AQUISICOES DE BENS	56.174,88	74.311,75	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00	27.055,27
DESCINCPORACAO DE PASSIVOS	64.240,50	0,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	0,00	27.055,27
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	462.128,20	412.423,00	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	255.284,29	107.593,65
INTERFERENCIAS ATIVAS	397.499,28	412.209,79	INTERFERENCIAS PASSIVAS	126.716,15	43.238,32
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	3.132,28	18.546,99	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	119.716,15	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	394.367,00	393.662,80	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	7.000,00	43.238,32
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	64.628,92	213,21	DECRESIMOS PATRIMONIAIS	128.568,14	64.355,33
INCORPORACOES DE ATIVOS	64.628,92	213,21	DESINCOPRACAOES DE ATIVOS	128.568,14	64.243,33
INCORPORACAO DE DIREITOS	64.628,92	213,21	BAIXA DE BENS MOVEIS	63.939,22	64.030,12
RESULTADO PATRIMONIAL	124.736,63	0,00	BAIXA DE DIREITOS	64.628,92	213,21
DEFICIT	124.736,63	0,00	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	112,00
			AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	112,00
RESULTADO PATRIMONIAL			RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	28.716,62
DEFICIT			SUPERAVIT	0,00	28.716,62
VARIACOES ATIVAS	734.335,48	546.167,31	VARIACOES PASSIVAS	734.335,48	546.167,31

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	MES
SUBTITULO	133081/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI	2010	DEZ(FECHADO)
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	EMISSAO	PAGINA

RECEITA					EXPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTA	0,00	0,00	479.051,19	+479.051,19
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	474.291,19	+474.291,19
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	474.291,19	+474.291,19
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	4.760,00	-4.760,00
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	4.760,00	-4.760,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	479.051,19	+479.051,19

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	MES
SUBTITULO	133081/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI	2010	DEZ(FECHADO)
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	EMISSAO	PAGINA

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					MOVIMENTACAO DE CREDITO				
					CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	511.273,00	0,00	511.273,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	506.273,00	0,00	506.273,00
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	506.273,00	0,00	506.273,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
					INVESTIMENTOS	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
SUBTOTAL II					SUBTOTAL II	0,00	511.273,00	0,00	511.273,00
MOVIMENTACAO FINANCEIRA									
SUB-REPASSE	511.273,00	511.273,00	27.055,27	484.217,73					
TOTAL	511.273,00	511.273,00	27.055,27	484.217,73	TOTAL	0,00	511.273,00	479.051,19	32.221,81
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	451.995,92	-451.995,92	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	511.273,00	511.273,00	479.051,19	32.221,81	TOTAL GERAL	0,00	511.273,00	479.051,19	32.221,81

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	MES
SUBTITULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU	2010	DEZ(FECHADO)
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	EMISSAO	PAGINA

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	266.445,90	249.730,20	DESPESAS CORRENTES	234.238,38	233.263,35
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	3.044,30	5.770,47	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	234.238,38	233.263,35
SUB-REPASSE RECEBIDO	1.558,09	486,16	OUTRAS DESPESAS	234.238,38	233.263,35
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	1.558,09	486,16	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	15.965,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.486,21	5.284,31	INVESTIMENTOS	0,00	15.965,00
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	263.401,60	243.959,73	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	41.967,47	2.648,81
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	263.401,60	243.754,98	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	1.967,47	1.486,21
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	263.401,60	243.754,98	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	1.967,47	1.486,21
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	0,00	204,75	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	40.000,00	1.162,60
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	24.354,83	18.965,47	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	40.000,00	1.162,60
VALORES EM CIRCULACAO	8.088,83	8.040,07	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	40.000,00	0,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	8.088,83	8.040,07	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	0,00	1.162,60
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.957,47	1.486,21	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	14.594,88	16.818,51
VALORES DIFERIDOS	1.957,47	1.486,21	VALORES EM CIRCULACAO	6.075,24	8.088,83
DEPOSITOS	0,00	778,21	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.486,21	8.088,83
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	778,21	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.486,21	5.284,31
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	9.932,18	8.230,17	VALORES DIFERIDOS	1.486,21	5.284,31
RESTOS A PAGAR	9.932,18	8.230,17	DEPOSITOS	778,21	0,00
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	4.107,77	5.824,41	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	778,21	0,00
CANCELADO	5.824,41	2.405,76	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	5.824,41	2.755,76
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	4.366,35	430,81	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	5.824,41	2.755,76
INCORPORACAO DE DIREITOS	3.588,14	430,81	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	430,81	689,61
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.588,14	430,81	BAIXA DE DIREITOS	430,81	689,61
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	778,21	0,00	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	430,81	689,61
EXERCICIOS ANTERIORES	778,21	0,00			
INGRESSOS	290.800,73	268.695,67	DISPENDIOS	290.800,73	268.695,67

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	MES
SUBTITULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU	2010	DEZ(FECHADO)
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	EMISSAO	PAGINA

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
ATIVO FINANCEIRO	6.075,24	8.088,83	PASSIVO FINANCEIRO	6.075,24	8.088,83
CREDITOS EM CIRCULACAO	6.075,24	8.088,83	DEPOSITOS	0,00	778,21
LIMITE DE SAQUE C/VINC. DE PAGAMENTO	2.487,10	7.658,02	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	778,21
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	3.588,14	430,81	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	4.107,77	5.284,41
ATIVO NAO FINANCEIRO	7.406.651,46	7.328.250,62	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	4.107,77	5.284,41
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	3.058,86	6.216,19	A LIQUIDAR	4.107,77	5.284,41
CREDITOS EM CIRCULACAO	-3.588,14	-430,81	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.967,47	1.486,21
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-3.588,14	-430,81	VALORES DIFERIDOS	1.967,47	1.486,21
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	6.647,00	6.647,00	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-4.107,77	-5.284,41
ESTOQUES	6.647,00	6.647,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-4.107,77	-5.284,41
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	6.816.000,00	6.816.000,00	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-4.107,77	-5.284,41
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	6.816.000,00	6.816.000,00	PASSIVO REAL	1.967,47	2.264,42
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	6.816.000,00	6.816.000,00	PATRIMONIO LIQUIDO	7.410.759,23	7.334.075,03
PERMANENTE	587.592,60	506.034,43	PATRIMONIO/CAPITAL	7.334.075,03	7.314.782,58
IMOBILIZADO	587.592,60	506.034,43	PATRIMONIO	7.334.075,03	7.314.782,58
BENS MOVEIS E IMOVEIS	587.592,60	506.034,43	RESULTADO DO PERIODO	76.684,20	19.292,45
ATIVO REAL	7.412.726,70	7.336.339,45	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	7.412.726,70	7.336.339,45
ATIVO COMPENSADO	5.179,80	5.599,72	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-7.336.042,50	-7.317.047,00
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	5.179,80	5.599,72	PASSIVO COMPENSADO	5.179,80	5.599,72
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	5.179,80	5.179,80	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	5.179,80	5.599,72
OUTRAS COMPENSACOES	0,00	419,92	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	5.179,80	5.179,80
ATIVO	7.417.906,50	7.341.939,17	COMPENSACOES DIVERSAS	0,00	419,92
			PASSIVO	7.417.906,50	7.341.939,17

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTERO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 10/03/2011	PAGINA 1

VARIACOES ATIVAS					VARIACOES PASSIVAS				
TITULOS		2010	2009		TITULOS		2010	2009	
ORCAMENTARIAS		66.387,88	97.306,58		ORCAMENTARIAS		236.205,85	250.714,56	
INTERFERENCIAS ATIVAS		3.044,30	5.770,47		DESPESAS CORRENTES		234.238,38	233.263,35	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		3.044,30	5.770,47		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		234.238,38	233.263,35	
SUB-REPASSE RECEBIDO		1.558,09	486,16		DESPESAS DE CAPITAL		0,00	15.965,00	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		1.486,21	5.284,31		INVESTIMENTOS		0,00	15.965,00	
MUTACOES ATIVAS		63.343,58	91.536,11		INTERFERENCIAS PASSIVAS		1.967,47	1.486,21	
INCORPORACOES DE ATIVOS		59.235,81	86.061,70		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		1.967,47	1.486,21	
AQUISICOES DE BENS		59.235,81	86.061,70		VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		1.967,47	1.486,21	
DESCINCORPORACAO DE PASSIVOS		4.107,77	5.474,41		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO		186.837,15	74.785,48	
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO		433.339,32	247.485,91		INTERFERENCIAS PASSIVAS		40.000,01	1.162,60	
INTERFERENCIAS ATIVAS		422.717,75	243.959,73		TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO		0,01	0,00	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS		159.316,15	0,00		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		40.000,00	1.162,60	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		263.401,60	243.754,98		DECRESCEMOS PATRIMONIAIS		146.837,14	73.622,88	
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO		0,00	204,75		DESCINCORPORACAOES DE ATIVOS		141.012,73	71.217,12	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		10.621,57	3.526,18		BAIXA DE BENS MOVEIS		136.993,78	70.096,70	
INCORPORACOES DE ATIVOS		4.018,95	1.120,42		BAIXA DE DIREITOS		4.018,95	1.120,42	
INCORPORACAO DE DIREITOS		4.018,95	1.120,42		INCORPORACAO DE PASSIVOS		5.824,41	2.405,76	
DESCINCORPORACAO DE PASSIVOS		6.602,62	2.405,76		RESULTADO PATRIMONIAL		76.684,20	19.292,45	
DEFICIT					SUPERAVIT		76.684,20	19.292,45	
VARIACOES ATIVAS		499.727,20	344.792,49	VARIACOES PASSIVAS			499.727,20	344.792,49	

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTERO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 10/03/2011	PAGINA 1

RECEITA					EXPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTA	0,00	0,00	234.238,38	-234.238,38
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	234.238,38	-234.238,38
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	234.238,38	-234.238,38
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I		0,00	234.238,38	-234.238,38

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTERO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 10/03/2011	PAGINA 2

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					MOVIMENTACAO DE CREDITO				
					CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	270.767,00	0,00	270.767,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	262.767,00	0,00	262.767,00
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	262.767,00	0,00	262.767,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
					INVESTIMENTOS	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
SUBTOTAL II					SUBTOTAL II		0,00	270.767,00	0,00
MOVIMENTACAO FINANCEIRA									
SUB-REPASSE	270.767,00	270.767,00	1.076,83	269.690,17					
TOTAL	270.767,00	270.767,00	1.076,83	269.690,17	TOTAL		0,00	270.767,00	234.238,38
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	233.161,55	-233.161,55	SUPERAVIT TOTAL				36.528,62
TOTAL GERAL	270.767,00	270.767,00	234.238,38	36.528,62	TOTAL GERAL		0,00	270.767,00	234.238,38
									36.528,62

Figura 3 - Demonstrações contábeis

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

20. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/INCRA/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita;
- b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior;
- c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas;
- d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo INCRA, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento;
- e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

Elaboração de Extrato de Cadeia Dominial – Imóveis acima de 10.000,0000 ha

- 1) FAZENDA ÁGUAS DO PAPAGAIO – Área de 2.107.8356 ha, município de Santana do Araguaia – PA, de propriedade da Agropecuária Noil Ltda
- 2) FAZENDA MARAJÁ DOS CARAJÁS – Área de 12.551,1405, municípios de Sapucaia, Xinguara e Curionópolis, de propriedade de Newton Cunha Lemos, Pascoal Antônio Camarero Carrazone e Luiz Celso Anselmo Prado de Carvalho.

Trabalho efetuado pela servidora Maria Regina de Miranda, lotada na Unidade Avançada do INCRA em Tucuruí/PA.

21. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

- . Disponibilidade de recursos financeiros para ocorrer os pagamentos das despesas compromissadas no exercício e restos a pagar de exercícios anteriores, poderá trazer consequências desagradáveis no desempenho da gestão orçamentária e financeira na SR. Providências devem ser tomadas à nível central na solução do problema;
- . Corte no orçamento aprovado e contingenciamentos de créditos orçamentários pode interferir na execução dos programas/ações de interesse da reforma agrária;
- . Intensificar operações conjuntas no sentido de mediar possíveis incidências de conflitos agrários, articulando com os movimentos sociais e lideranças de acampamentos instalados nas adjacências de propriedades rurais da região;
- . Agilização dos processos de obtenção de terras à nível da SR e Sede/Brasília, visto que com essa medida estaremos abrindo portas para reduzir a demanda de famílias acampadas e consequentemente evitando ocupações desordenadas de imóveis rurais;
- . Trabalhar gestão no intuito de implementar o Plano de Ação para o Monitoramento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária construído em 2010 através da Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais-DTM, já que a região clama por medidas de contenção e preservação florestal, principalmente nas áreas de assentamento rural;
- . Como já vem sendo repercutido em ano anterior, o fluxo de saída de servidores da SR é muito grande e vem prejudicando o desenvolvimento dos trabalhos e o cumprimento das metas institucionais, e por conseguinte, afetando o atendimento da clientela rural que fica à mercê da presença do órgão em sua localidade. O incentivo salarial, melhorias nas condições de trabalho e a promoção de concurso público em 2011, poderia amenizar a situação, desde que observada a necessidade ou carência de cada Regional;
- . Reestruturação organizacional do INCRA passa por uma necessidade evolutiva da Autarquia, já que algumas ações encontram-se fragmentadas no seu ciclo de execução, e precisariam ser melhor delineadas com bases sólidas nos aspectos qualitativos e quantitativos do programa de reforma agrária ideal para o País. Com o advento do novo governo e a elaboração do novo PPA, seria a oportunidade de se realizar uma reforma conjuntural nas atribuições do INCRA, na tentativa de fortalecer-lo estruturalmente na direção de sua verdadeira missão institucional.